



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 141

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 25 DE NOVEMBRO DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 141

131ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 02

Expediente:

Ofícios 03

Comunicado 03

Indicações 04

Requerimentos 05

Projetos de Lei 12

Pequeno Expediente:

Dep. Elio Rusch 13

Dep. Luiz Claudio Romanelli 15

Dep. Antonio Belinati 17

Dep. Professor Luizão 19

Dep. Douglas Fabrício 20

Horário das Lideranças:

Liderança do PMDB

Dep. Luiz Claudio Romanelli 16

Liderança do PT

Dep. Professor Luizão 19

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício 22

Liderança do PTB/PR

Dep. Jocelito Canto 22

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 23

Discussão/Votação

Redação Final 24

2ª Discussão 25

1ª Discussão 26

Requerimentos 42

Encerramento da Sessão 44

DIÁRIO Nº 141

131ª SESSÃO ORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 131ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

25 DE NOVEMBRO DE 2008

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Dr. Batista e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Cida Borghetti, Chico Noroeste,

Ade-mar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielese, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (47).

Ausentes os Srs. Deputados: Edgar Bueno, Elton Welter, Geraldo Cartário e Luiz Nishimori (04).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Luiz Eduardo Cheida e Stephanes Júnior (02).

Em licença médica o Sr. Deputado Luiz Accorsi (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:***Ofício***

OFÍCIO Nº 099/08

Curitiba, 24/11/08.

Senhor Presidente:

Com os meus cordiais cumprimentos a V. Exa. sirvo-me deste para convidá-lo e aos demais Parlamentares da Assembléia Legislativa do Estado para que participem da próxima reunião do Secretariado do Governo do Paraná, conforme a programação, ocasião em que serão apresentados os trabalhos da Comissão de Aprimoramento da Execução e da Individualização da Pena no Sistema Penitenciário do Paraná.

Solicito a V. Exa. a gentileza de que o teor deste ofício seja levado ao conhecimento dos Srs. Deputados em Sessão Plenária.

Antecipando agradecimentos, subscrevo-me atentamente.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

Comunicado

Informo aos Srs. Deputados que conforme o disposto no artigo 7º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado, fica determinada a data de 1º de dezembro para proceder-se a eleição simultânea da Mesa para as 3ª e 4ª Sessões Legislativas da 16ª Legislatura.

Informo, também, que as normas do processo eletivo serão as regulamentadas pelo Ato da Comissão Executiva nº 002/07, de 24/01/07, que está sendo distribuído para conhecimento da Casa.

Sala das Sessões, em 25/11/08.

(a) NELSON JUSTUS - Presidente

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 002/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais, objetivando regulamentar e interpretar conclusivamente as disposições normativas relativas às eleições da Mesa Executiva do Poder Legislativo, estabelece regras para a instrução do processo eletivo e deliberativo,

R E S O L V E :

Art. 1º A eleição para preenchimento dos cargos da Mesa Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná para a 1ª e 2ª Sessões Legislativas será realizada, a partir de 1º de fevereiro, no primeiro ano de cada Legislatura.

Parágrafo Único. A escolha da Mesa Executiva para a 3ª e 4ª Sessões Legislativas será realizada no período de 1 a 15 de dezembro da 2ª Sessão Legislativa.

Art. 2º A eleição do Presidente, dos três Vice-Presidentes e dos cinco Secretários será simultânea.

Art. 3º A eleição do Presidente importará na dos Vice-Presidentes e Secretários com ele inscritos na mesma chapa para comporem a Mesa Executiva.

Art. 4º Cada candidato somente poderá concorrer em uma chapa.

Art. 5º As inscrições das chapas deverão ser feitas junto ao Protocolo da Mesa Executiva no plenário, impreterivelmente até o início da Sessão convocada para a eleição, cumprindo-se os seguintes requisitos:

I - apresentação de requerimento de inscrição da chapa completa, endereçada ao Presidente da Assembléia, indicando:

- a) nome da chapa;
- b) nome de cada candidato e o respectivo cargo da Mesa Executiva a que concorre;
- c) nome do Deputado que atuará como representante legal da chapa, tanto para acompanhamento da anotação dos votos junto à Mesa dos Trabalhos da Eleição, quanto na hipótese de dúvidas sobre o processo eleitoral e interposição de recursos.

Parágrafo Único. Não serão admitidas inscrições de chapas incompletas, sem a indicação de candidatos para todos os cargos da Mesa Executiva.

Art. 6º O quórum para abertura do processo eleitoral é de maioria absoluta dos Deputados da Assembléia.

Art. 7º A chapa vencedora será aquela que obtiver a maioria absoluta dos votos dos Deputados da Assembléia, sendo que na hipótese de nenhuma das chapas concorrentes alcançar a maioria absoluta, haverá uma segunda votação, onde concorrerão tão somente as duas chapas mais votadas, sendo proclamada vencedora a chapa que obtiver a maioria simples dos votos, presente a maioria dos Deputados da Assembléia.

Parágrafo Único. No caso de empate na segunda votação, será considerada eleita a chapa que for encabeçada pelo candidato mais idoso.

Art. 8º O processo deliberativo da eleição da Mesa Executiva será realizado respeitando-se os preceitos contidos na Emenda Constitucional nº 17, de 08 de dezembro de 2006, com o seguinte rito:

I - chamada nominal para verificação de quórum para abertura do processo eleitoral;

II - apresentação, pelo Sr. Presidente da Mesa, das chapas registradas que se encontrem aptas a concorrerem;

III - na hipótese da existência de recurso, interposto por representante de qualquer das chapas concorrentes, questionando o processo deliberativo, o Presidente dos Trabalhos da Eleição suspenderá a Sessão pelo tempo que achar necessário para dirimir as dúvidas e dar a sua decisão, sendo que persistindo conflitos, caberá decisão soberana do Plenário;

IV - será concedido o tempo de 10 (dez) minutos improrrogáveis, para que os candidatos à Presidente possam expor considerações sobre suas propostas de campanha, não sendo permitido apartes;

V - será realizada chamada nominal para votação, em ordem alfabética, pelo 1º Secretário da Mesa dos Trabalhos da Eleição;

VI - cada Deputado, ao ser chamado a votar, declinará verbalmente o nome da chapa ou nome do candidato a Presidente que encabeça a chapa;

VII - a anotação dos votos declinados será feita pelo 2º Secretário da Mesa dos Trabalhos da Eleição, assistido por um representante de cada chapa, que a tudo acompanhará, sendo anotados respectivamente o voto de cada Deputados, bem como as abstenções;

VIII - ao final da votação o 1º Secretário comunicará ao Presidente da Mesa o resultado da eleição;

IX - o Presidente eleito assumirá os trabalhos e após fazer suas considerações, encerrará a Sessão.

Art. 9º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 24.01.07.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

Indicações

INDICAÇÃO Nº 476/08

SÚMULA:

Sugere a Secretaria Estadual da Educação e ao Governador do Estado do Paraná, a destinação ao município de Pranchita, de um (01) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Exmo. Sr. Governador do Paraná e Secretária de Estado:

A Deputada Luciana Rafagnin, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para reivindicar a destinação de um (01) ônibus escolar ao município de Pranchita.

Antes de qualquer coisa quero reconhecer que o atual Governo tem se esforçado para melhorar a qualidade da educação pública do estado do Paraná e ao mesmo tempo dizer que a melhoria da educação perpassa pelo transporte escolar de qualidade.

Nesse sentido, venho através desta indicação, por conhecer as dificuldades e necessidades do município de

Pranchita e a intenção do Governo Requião, de equipar a rede pública municipal com ônibus escolares adequados para o transporte dos alunos da rede pública, fazer a referida sugestão.

Sala das Sessões, em 25/11/08.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

INDICAÇÃO Nº 477/08

SÚMULA:

Sugere a construção de 1 (um) Centro de Educação Infantil no município de Sarandi.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de 1 (um) Centro de Educação Infantil no município de Sarandi.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Sarandi, que há muito reivindica, um Centro de Educação Infantil ser construído em local a ser definido, no jardim Independência e assim beneficiar às mães que trabalham fora e não dispõem de um local adequado para deixarem seus filhos durante este período.

Sala das Sessões, em 25/11/08.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 478/08

SÚMULA:

Sugere a aquisição de 1 (um) aparelho de endoscopia digestiva alta para o Hospital Universitário de Maringá.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a aquisição de 1 (um) aparelho de endoscopia digestiva alta para o Hospital Universitário de Maringá.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Maringá, que há muito reivindica um aparelho de endoscopia digestiva alta para o Hospital Universitário de Maringá.

Sala das Sessões, em 25/11/08.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 479/08

SÚMULA:

Sugere a instalação de um Centro de Dor Adbominal no Hospital Universitário de Maringá.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a instalação de um Centro de Dor Abdominal no Hospital Universitário de Maringá.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Maringá, que há muito reivindica um Centro de Dor Abdominal no Hospital Universitário de Maringá.

Sala das Sessões, em 25/11/08.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 480/08

SÚMULA:

Sugere a instalação de um Centro Transplante Hepático e Ambulatório de Fígado no Hospital Universitário de Maringá.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a instalação de um Centro Transplante Hepático e Ambulatório de Fígado no Hospital Universitário de Maringá.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Maringá, que há muito reivindica um Centro Transplante Hepático e Ambulatório de Fígado no Hospital Universitário de Maringá.

Sala das Sessões, em 25/11/08.

(a) DR. BATISTA

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 3530

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER justificar ausência nas Sessões Ordinárias dos dias 24 e 26 de novembro do corrente ano, em face de compromissos parlamentares agendados em sua região de atuação.

Sala das Sessões, em 25/11/08.

(a) DR. BATISTA

REQUERIMENTO Nº 3536

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Jose Carlos Ferreira, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3537

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Valter Roth, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3538

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Rosi Chagas Pires, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3539

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Alaide Gomes Ingechak, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3540

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Luiz Carlos Mileo, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3541

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Edgar Stadler, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3542

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Alceu José Simão, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3543

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Leonor Oliveira Camargo, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3544

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Sidnei Jose Lopes, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3545

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Saide Abrão Calixto, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3546

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sra. Ocalina da Cruz Santos Gasparelo, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3547

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antonio Albari Garcia Correa, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3548

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria José Ribas, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3549

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Roald Pereira Lima, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3550

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Cleusa de Souza Andrade, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3551

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Lucia da Silva, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3552

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Delzina Ramos Flizicoski, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3553

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria de Lurdes Santos, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3554

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Dagoberto Logulo, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3555

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Paulo Roberto Pedroso, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3556

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Maria dos Passos, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3557

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Mariano Felipkoswski, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3558

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Augusto Cesar Ferreira dos Santos, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3559

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Manoel Francelino dos Santos, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3560

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Waldomiro Strack, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3561

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Josenei Bandil, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3562

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Francisco Kreback, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3563

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Laura Chenesi Menon, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3564

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Sumika Kixize, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3565

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Leosmar de Almeida, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3566

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Ambrosia Cortinês Munhoz, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3567

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Luis Miguidalski, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3573

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Sibebe Vilela Costa, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3516

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER, à Mesa seja enviado voto de congratulações ao Presidente do Senado Federal, Senador Garibaldi Alves Filho, em razão da abertura da IV Semana do Senado Federal de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência.

As políticas públicas voltadas à acessibilidade refletem condições de exercício da cidadania e merecem o reconhecimento desta Assembléia.

Sala das Sessões, em 25/11/08.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3517

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER, à Mesa seja enviado voto de congratulações ao Sr. Jefferson Nogaroli, em razão da sua posse no cargo de Presidente do Conselho Deliberativo do SEBRAE-PR.

O Sr. Jefferson Nogaroli presidiu a Associação Comercial e Empresarial de Maringá (ACIM) no período de 1998/2001. Também foi Presidente da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Paraná (FACIAP) no período de 2002/2006.

Trata-se de empresário cujas atividades levam desenvolvimento, trabalho e geração de renda para a comunidade de Maringá e região, merecendo o reconhecimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 25/11/08.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3518

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Porto Vitória, pelo transcurso, no próximo dia 08, de seus 44 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Kurt Niesen Junior, Prefeito Municipal, a Vice-Prefeita Sra. Almiraci Ignês Rauber bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Porto Vitória.

Sala das Sessões, em 25/11/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Compartilhando da alegria de toda a população de Porto Vitória que no próximo dia 08, estará comemorando mais um aniversário de emancipação política, queremos expressar os nossos votos de muito sucesso na certeza de que o trabalho desenvolvido ao longo dos 44 anos não foi em vão, mas colaborou sobremaneira para o constante progresso da região.

Parabenizamos, portanto, através desta proposição toda a população honesta e trabalhadora que continua dando a sua importante parcela de contribuição para o completo desenvolvimento do município.

Por esta razão o Poder Legislativo do estado do Paraná, congratula-se com a população, através deste Parlamentar certo de que continuarão na trilha do progresso.

Estamos aguardando a chegada do menino Deus que todos os anos vem nos visitar, trazendo esperança para nossos corações. Deus Pai faz questão de nos presentear com o mais precioso dos presentes.

Nós expressamos toda a nossa gratidão através de gestos de felicidades.

Neste ano que se finda, celebramos recordações preciosas e vislumbrantes, desejando a toda a população do município de Porto Vitória, feliz Natal e Ano Novo repleto de saúde e amor.

REQUERIMENTO Nº 3519

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Paula Freitas, pelo transcurso, no próximo dia 08, de seus 44 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Paulo Henrique Matos de Almeida, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito Sr. Mauro Feliz dos Santos bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Paula Freitas.

Sala das Sessões, em 25/11/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A homenagem que, através desta proposição queremos prestar ao município de Paula Freitas, por ocasião de mais um aniversário de sua emancipação política, será das mais expressivas pelo nosso reconhecimento ao trabalho desenvolvido em prol da grandeza de toda a região.

Nada mais confortante para nosso espírito cívico e a nossa fé no Paraná que saudar efusivamente a população grandiosa de Paula Freitas na data magna da comemoração dos seus 44 anos de emancipação política, cujos administradores de todos os tempos foram e são capazes de encarar a confiança de todos com a invencível segurança transmitida por uma longa e gloriosa tradição de serviços prestados.

Uma confiança temperada por inúmeras experiências em que os homens e mulheres dão a vida a administração municipal puderam e podem testar com sucesso sua capacidade de resolver os problemas e vencer os desafios colocados por um município em permanente transformação.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná por intermédio deste Parlamentar, associa-se às homenagens devidas ao município de Paula Freitas no transcurso de seus 44 anos, parabenizando a todos na data tão significativa.

O nascimento de Jesus é a manifestação da bondade de Deus para com a humanidade. Em nossa vida simples, de maneira humilde, o senhor vem ao encontro: e a luz do Pai que vem iluminar a história, nos orientando para uma vida nova. O amor revela-se pelo nascimento do Menino Jesus, a aliança de amor é refeita e abre-se para todo o caminho de acesso ao Pai.

O Natal é uma data que fica gravada na memória.

Natal, festa do nascimento de Jesus nosso salvador, festa da família.

Desejamos a todos os amigos(a) e famílias um santo Natal, com gestão profundos de paz. E um Ano Novo com muito amor e saúde com as graças de nosso Senhor Jesus Cristo.

REQUERIMENTO Nº 3520

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações ao município de São Jorge do Ivaí, pelo transcurso no próximo dia 08, de seus 53 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Milton Muzolon, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito Sr. Baltazar Bravo Coco bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população do município.

Sala das Sessões, em 25/11/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No próximo dia 08, o município de São Jorge do Ivaí estará comemorando os seus 53 anos de aniversário de emancipação política. E, é com muita satisfação que constatamos que o município atravessa uma fase de desenvolvimento significativo.

A certeza de dias melhores aliado a tudo o que o povo já conquistou com trabalho e dedicação com respaldo de seus representantes, bem como a colaboração de toda a comunidade, satisfatoriamente se transformará em realidade.

É possível sentir e viver hoje a transformação de São Jorge do Ivaí, com seu crescimento, com seus administradores preocupados e compromissados com as mudanças que estão a promovê-las sempre contando com apoio e a participação do seu povo, exultante de contentamento com progresso e a qualidade de vida da população eminentemente trabalhadora.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se às homenagens que serão prestadas ao município São Jorge do Ivaí na significativa data de mais um aniversário de sua emancipação política.

A liturgia e as festas populares guiam os nossos corações rumo ao Natal.

Comemora-se os santos cujas festas ajudam a preparar o caminho para a vinda do menino Deus. Mas o espírito do Natal faz sentir realmente seu encontro entre todas nossas famílias e amigos.

Sinceramente, desejamos feliz Natal e prospero Ano Novo, com muita saúde a toda a população do município de São Jorge do Ivaí.

REQUERIMENTO Nº 3521

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Paraná, pela comemoração dos seus 30 anos de existência.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Sr. Presidente do Sindicato das Empresas de Asseios e Conservação do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 25/11/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Este requerimento é a palavra a fim de endereçar nossos cumprimentos a todos os Diretores e assessores do Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Paraná, no ensejo da passagem dos seus 30 anos de existência.

O Sindicato como órgão de defesa da classe, necessita ter a sua frente, homens que representem realmente o sentir de seus associados e que possuam qualidades excepcionais de líderes.

Vivemos uma época em que as dificuldades se multiplicam, desafiando os homens que se debatem num caos ameaçador.

Sobre os Sindicatos pesam tremendas responsabilidades. Órgão orientador por excelência, a ele cabe auscultar as necessidades do associado, assim como tomar-lhe a defesa toda a vez que esta se fizer necessária.

REQUERIMENTO Nº 3528

Senhor Presidente:

Requer seja encaminhada a Mesa Executiva, solicitando voto de louvor e aplausos ao Senador Álvaro Dias, em homenagem ao título de melhor Senador do Brasil, vencido pelo Parlamentar paranaense em votação do site do Congresso em Foco.

Sala das Sessões, em 25/11/08.

(a) FÁBIO CAMARGO

REQUERIMENTO Nº 3571

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, para solicitar revisão no artigo da Lei Estadual 15944 de 09/09/08 sobre a reformulação do quadro de professores universitários, com o objetivo específico de assegurar a continuidade da carreira dos docentes que ingressam no quadro dos professores titulares.

Sala das Sessões, em 25/11/08.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

O Paraná avançou com a aprovação da lei estadual que reformulou o quadro dos professores universitários. Mas, um termo aprovado na lei, que trata do concurso para a vaga de professor titular, acaba trazendo algumas perdas para a carreira do profissional que ingressar nessa categoria. Conforme a lei, ao ingressar na vaga de professor titular, o professor precisa pedir exoneração do cargo anterior e iniciar uma carreira totalmente nova. Medida que causa prejuízo trabalhista para o professor que dedicou anos de trabalho na universidade. Pede-se uma revisão específica neste caso para que o professor, ao assumir a vaga de titular, permaneça na mesma carreira.

Conto com vosso apoio nessa solicitação, de extrema importância para a categoria de professores universitários do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 3572

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado ofício à Exma. Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Lygia Lumina Pupatto, para solicitar revisão no artigo da Lei Estadual 15944 de 09/09/08 sobre a reformulação do quadro de professores universitários, com o objetivo específico de assegurar a continuidade da carreira dos docentes que ingressam no quadro dos professores titulares.

Sala das Sessões, em 25/11/08.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

O Paraná avançou com a aprovação da lei estadual que reformulou o quadro dos professores universitários. Mas, um termo aprovado na lei, que trata do concurso para a vaga de professor titular, acaba trazendo algumas perdas para a carreira do profissional que ingressa nessa categoria. Conforme a lei, ao ingressar na vaga de professor titular, o professor precisa pedir exoneração do cargo anterior e iniciar uma carreira totalmente nova. Medida que causa prejuízo trabalhistas para o professor que dedicou anos de trabalho na universidade. Pede-se uma revisão específica neste caso para que o professor, ao assumir a vaga de titular, permaneça na mesma carreira.

Conto com vosso apoio nessa solicitação, de extrema importância para a categoria de professores universitários do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 3515

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Paraná, e ao Sr. Eduardo Requião de Mello e Silva, Secretária de Estado dos Transportes, para que sejam tomadas providências no sentido de reforma do asfalto do Guairacá, o qual está em péssimas condições.

Sala das Sessões, em 25/11/08.

(a) RIBAS CARLI FILHO

JUSTIFICATIVA:

Justifica o proponente dizendo que a Comunidade do Distrito do Guairacá, Invernadinha, Saltinho, Matinhos, Mato Dentro, Morada Nova, Assentamento São Pedro, Arroio Fundo, Marrecas, São Francisco, Arroio Grande, Salto São Francisco, pedem reforma do asfalto do Guaracá.

A reforma do asfalto do Guairacá se faz necessária, pois está em péssimas condições, dificultando o transportes escolar dos alunos. Como também a visita de turistas ao Salto São Francisco.

Eis que fazemos este apelo para que os moradores daquele distrito e região possam usufruir do asfalto do Guairacá com melhores condições.

REQUERIMENTO Nº 3523

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja informado por escrito, qual a produção legislativa da presente legislatura:

- quantos projetos de lei foram apresentados;
- quantos projetos foram convertidos em lei;
- quantos foram rejeitados pelas Comissões desta

Casa;

- quantos foram vetados pelo Sr. Governador;
- quantos vetos foram mantidos e quantos foram derrubados.

Sala das Sessões, em 25/11/08.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 3524

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Roberto Requião, solicitando os seguintes documentos e informações relativos à venda do Banco do Estado do Paraná - BANESTADO:

- se o estado do Paraná ainda tem débitos referentes ao saneamento das contas do BANESTADO;

- quais os valores pagos, se ainda existem débitos, cronograma e forma de pagamento e correção dos valores;
- se existe alguma negociação em curso referente a estes pagamentos;
- se existe algum crédito a ser recebido pelo estado do Paraná referente à venda do BANESTADO;
- se existe alguma ação judicial em curso para reverter a venda.

Sala das Sessões, em 25/11/08.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 3525

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Fazenda, Heron Arzua, solicitando seja encaminhado a este Parlamentar os seguintes documentos e informações, referentes à sonegação fiscal das empresas supermercadistas paranaenses:

- quais foram as empresas supermercadistas autuadas por sonegação fiscal nos últimos quatro anos no estado do paraná;
- quais as multas e valores aplicados;
- quais as empresas que já saldaram suas multas, quais apresentaram recursos e se alguma delas não se manifestou. anexar cópia dos recursos apresentados;
- se foram utilizados precatórios na compensação de multas e em caso afirmativo, se estes estavam na ordem cronológica de pagamento.

Sala das Sessões, em 25/11/08.

(a) JOCELITO CANTO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 519/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Automobilístico - IBDA, com sede e foro no município de Curitiba, Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25/11/08.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Automobilístico - IBDA é uma entidade de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, constituída por tempo indeterminado em 27/05/02, tem sede e foro em Curitiba - Paraná, em concordância com a legislação brasileira.

O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Automobilístico - IBDA tem por objetivos:

1. promover projetos de assistência social, relacionadas as crianças, jovens, adultos e idosos;
2. promover, desenvolver atividades e projetos de conscientização e educação de crianças, jovens e adultos em relação ao trânsito de veículos e outras questões;
3. desenvolver atividades relacionadas a área de saúde promovendo capacitando e viabilizando projetos sociais para o bem comum;
4. promover projetos de serviços sociais na formação profissional gratuita de menores e adolescentes em diversas áreas e atuações;
5. promover e desenvolver projetos de tecnologias de combustíveis, recicláveis e reflorestamentos, atuando dentro das determinações emanadas pelos órgãos competentes de controle ambiental;
6. apoiar, divulgar, incentivar e promover projetos de ações ligadas a cultura, resgatando origens, tradições e lazer do bem comum, em conjunto com outras entidades congêneres ou Poder Público;
7. promover, desenvolver, fiscalizar, importar, exportar, comercializar e difundir o esporte a motor, em todo território nacional, associadas em todos os níveis.

Sendo assim, faz-se a necessidade de declaração, por se tratar de Instituição sem fins lucrativos, voltada exclusivamente para o bem estar da sociedade que se volta para a área social e cultural, considerando ainda, que a aprovação desta medida terá um grande alcance social, pois beneficiará toda a comunidade paranaense em toda faixa etária.

Mediante o supracitado, solicito o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis, ao plano de lei que apresento, por se tratar de matéria de cunho meritório.

PROJETO DE LEI Nº 520/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os elevadores, social ou de serviço, serão, obrigatoriamente, franqueados também para as empregadas domésticas, babás ou secretários do lar, nos prédios onde prestam serviço profissional.

Art. 2º Caso ocorram discriminação, os Condomínios infratores serão multados em 03 salários mínimos regionais, equivalentes ao salário mínimo fixado para o estado do Paraná.

Art. 3º Em caso de registro de nova infração, o valor da multa será acrescido de 100%.

Art. 4º O pagamento da multa deverá ser feito na Receita Estadual da região onde a infração.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25/11/08.

(a) ANTONIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

Há muito que lideranças mundiais de destaque pregam a igualdade entre os povos. Muitas vezes se combate as discriminações que ocorrem em Pátrias distantes, quando por aqui mesmo, no nosso meio, bem pertinho de nós, também existem preconceitos e discriminações. Começando, infelizmente, pelos prédios onde moramos. Em quase todos eles é proibido empregada doméstica, babá, diarista, faxineira e outras trabalhadoras utilizarem o elevador social do edifício onde trabalham. Até a cozinha, capaz de preparar pratos deliciosos é igualmente impedida de se locomover pelo elevador social. Um mundo justo ou mais justo não pode aceitar que essa discriminação continue daí a apresentação do presente projeto, elaborado numa homenagem a todas as pessoas que, com amor, prestam serviço às famílias que moram em prédios residenciais.

PROJETO DE LEI Nº 521/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Servidores Federais, Estaduais e Municipais do Paraná - ASFEM/PR, com sede e foro no município de Curitiba, Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25/11/08.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Servidores Federais, Estaduais e Municipais do Paraná - ASFEM/PR é uma Associação civil mutuaría, sem fins lucrativos, de caráter beneficente e assistencial, construída por tempo indeterminado, fundada em 03/01/00, tem sede e foro em Curitiba/PR, em concordância com a legislação brasileira.

A Associação dos Servidores Federais, Estaduais e Municipais do Paraná - ASFEM/PR tem por objetivo, assistir e congrega os servidores públicos civis, militares e funcionários de empresas privadas, prestando-lhes assistência de todas as modalidades de natureza social, bem como a defesa de interesses e prestação de serviços em favor dos familiares de seus associados e de toda a sociedade em geral, sempre na busca de promover o interesse público.

Sendo assim, faz-se a necessidade de declaração, por se tratar de Instituição sem fins lucrativos, voltada exclusivamente para o bem estar da sociedade que se volta para a área social e cultural, considerando ainda, que a aprovação desta medida terá um grande alcance social, pois beneficiará toda a comunidade paranaense.

Mediante o supracitado, solicito o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis, ao plano de lei que apresento, por se tratar de matéria de cunho meritório.

PROJETO DE LEI Nº 522/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Instituto Internacional de Pesquisa e Responsabilidade Sócio Ambiental Chico Mendes - INPRA, com sede e foro no município de Quatro Barras, Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25/11/08.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

O Instituto Internacional de Pesquisa e Responsabilidade Sócio Ambiental Chico Mendes - INPRA é uma organização não governamental, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, tem sede e foro em Quatro Barras - Paraná, em concordância com a legislação brasileira.

O Instituto Internacional de Pesquisa e Responsabilidade Sócio Ambiental Chico Mendes - INPRA tem por objetivos:

1. realizar reuniões questionando assuntos em defesa do meio ambiente, educação ambiental, a fauna, flora e recursos hídricos;

2. desenvolver projetos técnico-científicos, culturais, educacionais, reflorestamento, agricultura sustentável, saneamento, geografia, geologia, pedologia, hidrologia, ecologia, antropologia, arqueologia, biodiversidade (fauna e flora), fonte alternativa de energia;

3. criar, administrar e realizar parcerias com Unidades de conservação;

4. colaborar com Instituições Públicas e Privadas, no sentido de proteger áreas de reconhecido valor ecológico;

5. estimular e executar a implantação de pousadas e hotéis ambientais em parcerias, no apoio e divulgação do turismo ecológico;

6. auxiliar colônias agrícolas, projetos de educação ambiental, visando a multiplicação e preservação das espécies de fauna e flora ameaçadas em extinção;

7. fiscalizar e proteger a fauna, flora, mananciais, de conformidade com a aplicação das leis que protegem o ambiente em todo o território nacional, especialmente atendendo aos dispositivos da Resolução nº 003 de 16/03/98 do CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente.

Sendo assim, faz-se necessidade de declaração, por se tratar de Instituição sem fins lucrativos, voltada exclusivamente para o bem estar da sociedade que se volta para a área social, cultural e ambiental, considerando ainda, que a aprovação desta medida terá um grande alcance social, pois beneficiará toda a comunidade paranaense em toda faixa etária.

Mediante o supracitado, solicito o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis, ao plano de lei que apresento, por se tratar de matéria de cunho meritório.

PROJETO DE LEI Nº 523/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica acrescido parágrafo único no artigo 1º da Lei nº 15967/08, com a seguinte redação:

“Art. 1º...

Parágrafo Único. Para os registros oriundos do Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundo, banco de dados administrados pelo Banco Central do Brasil, o cidadão deverá solicitar a baixa diretamente à agência bancária que efetuou a inclusão do cheque.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25/11/08.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei acrescentado parágrafo único ao artigo 1º da Lei nº 15967/08, com o objetivo que os registros oriundos do Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos, banco de dados administrado pelo Banco Central do Brasil, o cidadão deverá solicitar a baixa diretamente à agência bancária que efetuou a inclusão do cheque.

O objetivo da presente lei é de esclarecer e regulamentar, conforme a legislação federal, os registros dos órgãos de cadastro negativo resultantes de cheque sem fundo. Desta forma, dando um tratamento diferenciado nestas situações, visando a agilidade da efetiva retirada do nome do cliente da relação do cadastro negativo de uma forma justa para o consumidor e correspondente com a legislação.

Sendo assim contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente propositura.

PROJETO DE LEI Nº 524/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual o ORIGEM - Instituto Internacional de Comunicação e Cultura, com sede e foro no município de Londrina.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25/11/08.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

O ORIGEM - Instituto Internacional de Comunicação e Cultura, com sede no município de Londrina, conforme disposto no artigo 1º de seu estatuto é associação sem fins lucrativos, que tem como objetivos principais, conforme se vê no artigo 5º desse mesmo diploma legal, dentre outros, desenvolver divulgação e difusão

das atividades culturais; promover o voluntariado, desenvolver estudos e pesquisas na área da cultura japonesa; integrar as atividades com programas oficiais de Governo (artigo 5º, 5.1, 5.2, 5.6, 5.7).

Atualmente, a ORIGEM atende várias pessoas de todas as idades e presta serviço inestimável à comunidade de Londrina, desenvolvendo trabalho de conscientização cultural e integração da cultura japonesa e brasileira.

A declaração de utilidade pública do ORIGEM - Instituto Internacional de Comunicação e Cultura constituirá, pois, incentivo indispensável para que essa entidade possa continuar a desenvolver seus trabalhos - sempre carente de meios - de modo a que a ORIGEM possa pleitear recursos adicionais e, assim, continuar a desenvolver seu notável trabalho e a auxiliar as pessoas que, a cada dia, mais a procuram.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, o Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Dois assuntos me fazem ocupar a tribuna na Assembléia Legislativa, na Sessão de hoje.

O primeiro diz respeito ao porto de Paranaguá. Ontem aqui na Assembléia, o Deputado Artagnão Mattos Leão, Presidente da Comissão de Fiscalização, fez algumas colocações. Nós também, desta tribuna, lemos um trecho do despacho do Juiz da 4ª Vara da Fazenda Pública, que impediu o Governo do Estado, ou seja, a Administração do porto de Paranaguá a dar continuidade na licitação da dragagem do Canal da Galheta.

Esta ação foi movida pelo Deputado Valdir Rossoni, e queremos deixar bem claro: nenhum dos Deputados aqui da Assembléia, nem da Situação nem da Oposição, são contra a dragagem do canal. Pelo contrário, queremos que a dragagem seja feita. Por que nós queremos? Queremos que o porto continue funcionando da melhor forma possível, que o porto comece a ser notícia, mas notícia boa para o Paraná e para o Brasil. E que o porto não continue recebendo censuras por parte da ANTAQ, por parte da Marinha do Brasil, por partem enfim, das entidades que mantêm o controle do porto de Paranaguá.

Todos sabemos que todos os portos do Brasil são da união. Agora, o que existe, na verdade, é uma outorga do Governo Federal para os estados ou para quem esteja operando os portos no nosso país. E aqui no estado do Paraná o porto não é do Governo do Estado. O porto é da união. O estado do Paraná tem apenas a outorga, o direito de operar e administrar os portos, tanto de Paranaguá como de Antonina.

Ontem fizemos menção sobre um despacho de um Juiz Federal em relação ao porto de Paranaguá. E hoje, Srs. Deputados, olhem o que eu trago para os senhores. Aliás, já lembramos aqui na Assembléia Legislativa sobre a proibição da navegação no período noturno de navios com mais de 200 metros de comprimento.

Vejam o que trago, neste momento, aqui para a Assembléia Legislativa: a Portaria nº 102, de 24 de novembro, ontem, restrição de manobras no Canal da Galheta. Esta portaria é da Capitania dos Portos do Paraná, ou seja, da Marinha do Brasil: *O Capitão dos Portos do Paraná, no uso de suas atribuições, que lhe confere a alínea b do artigo 4º da Lei nº 9537 de 11 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências, resolve:*

Art. 1º Suspende, temporariamente, a navegação noturna entre os pares de bóias nº 1-2 e 9-10 do canal de acesso ao porto de Paranaguá, entre os crepúsculos vespertino e matutino, em virtude da atual deficiência na sinalização náutica nesse trecho.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na presente data.

Assina essa portaria Marco Antonio do Amaral Silva, Capitão de Mar e Guerra, Capitão dos Portos.

Srs. Parlamentares, vejam a portaria que a Capitania dos Portos baixou ontem. Ninguém tem isso divulgado ainda. Estamos trazendo para a Assembléia, para o Plenário e para o Paraná, para mostrar para a sociedade do Paraná que quando falamos do porto de Paranaguá, não falamos só por falar. Quem é especializado? Quem dá a autorização? É a Capitania dos Portos. E está aqui a portaria, assinada com data de ontem, dia 24.

Então, a questão do porto de Paranaguá é séria. Ontem, desta tribuna, eu disse que é por milagre, pois conforme os especialistas que vieram aqui na Assembléia, que foram indagados qual é a probabilidade de encalhar um navio no acesso do mar ao terminal do porto de Paranaguá, a probabilidade de um a 10, alguém respondeu oito e aí eu disse: só por um milagre que ainda não encalhou nenhum navio. E agora, há poucos minutos, recebo esta portaria assinada com data de ontem.

Então vejam, Srs. Parlamentares, que quando nós levantamos a questão do porto de Paranaguá não é uma questão de Oposição ou de Governo, mas é uma questão de ineficiência administrativa que está instalada no porto de Paranaguá.

Então, por essa razão, Deputado Valdir Rossoni, V. Exa. que acaba de chegar, passo às suas mãos uma portaria da Capitania dos Portos de Paranaguá que acabamos de receber agora, proibindo a navegação noturna no Canal da Galheta, em Paranaguá, nas bóias nº 1-2 e 9-10. Vejam o que está acontecendo! E será que o Governador Roberto Requião sabe disso? Acredito que ele não sabe, porque não é possível que lá no porto façam tudo de qualquer forma e nada aconteça. Tem que acontecer uma desgraça naquele porto para que o Paraná seja, de repente,

manchete nacional e até internacional. Então, trago aqui aos Srs. Parlamentares, ao conhecimento desta Casa e ao conhecimento da sociedade do Paraná, mais uma portaria em relação ao porto de Paranaguá.

Essa portaria recebi há poucos instantes, mas me inscrevi hoje para falar sobre outro assunto, que é sobre a reforma tributária que está aqui na Assembléia Legislativa e que deve ser votada agora no início de dezembro. Tenho recebido e acredito que todos os Srs. Deputados também tenham recebido a manifestação de diversas entidades, sendo a grande maioria contra a reforma tributária proposta pelo Governo do Estado, e tem uns ou outros que defendem e isso nós vimos e ficou claro nas Audiências Públicas, que as empresas beneficiadas vão defender a reforma tributária, e quem não será beneficiado será contra a reforma tributária. Mas, quero ler uma correspondência que recebi, já que acessei o site da Assembléia Legislativa e tem alguns Parlamentares que colocam no site aquilo que interessa efetivamente ao Governo do Estado. Quero trazer aqui uma correspondência datada do dia 13 de novembro.

(Lê):

“Prezados(as) Srs.(as) Deputados(as).

O Sindicombustíveis-PR, entidade com 51 anos de existência que representa 2 mil e 600 postos de combustíveis no estado do Paraná, e emprega cerca de 32 mil e 500 funcionários diretos e cerca de 100 mil indiretos e é responsável por 28% do ICMS gerado e arrecadado do setor, vêm muito respeitosamente a presença de V. Sas. para expor o que segue:

Temos participado das Audiências Públicas para discussão da dita minirreforma tributária (Projeto de Lei nº 402/08). O Governo tem acenado para a sociedade uma redução de imposto - logo de preço - para cerca de 95 mil itens e aumento em outros cinco, sendo estes de grande consumo, que são energia elétrica, comunicação, gasolina, fumo e bebidas.

Nossa opinião é que caso este projeto de lei seja aprovado, a única certeza é que após a noventaena, o consumidor paranaense receberá as faturas telefônicas e de energia elétrica majoradas. E, quando chegar ao posto de combustíveis, pagará, além de mais ICMS, também, o reflexo desses aumentos no preço da gasolina. Não é líquido e certo que haverá redução de preço nos milhares de bens contemplados no projeto, pois, muitos já tem o ICMS deferido, ou seja, já pagam 12%. As microempresas e empresas enquadradas no SIMPLES terão apenas o aumento da energia elétrica da telecomunicação e da gasolina, que terá de ser repassado ao consumidor gerando maior custo social.

Salientamos que o valor da pauta para cálculo do ICMS, deve subir devido ao reposicionamento do preço final (repasso dos novos custos ao consumidor) o que, provocará aumento efetivo que os 2% (26% para 28%). Segundo a estimativa da tabela o preço final da refinaria aumentará em R\$ 0,09422, ou 3,9% - quase o dobro do aumento no imposto. Novamente o aumento do custo social.

Devemos também, estar cientes de que o Paraná passará a ter tributo (ICMS) sobre a gasolina 12% maior que o de seus estados confrontantes (28% contra 25% de São Paulo e Santa Catarina), o que, certamente, aumentará sobremaneira a prática de contrabando de gasolina em nosso estado (e conseqüente perda de arrecadação).

V. Exas. saberão, melhor do que quaisquer outros, analisar se o ônus político a ser pago por essa Casa de Leis e seus integrantes, compensará o custo social que uma reforma tributária equivocada como esta poderá trazer.

Isto posto, colocamo-nos frontalmente contra este projeto de lei, e apelamos para o bom senso dos representantes do povo do Paraná, para que votem contra mais esta alta da carga tributária.

Respeitosamente,

(a) ROBERTO FREGONESE - Presidente"

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em todas as Audiências Públicas temos levantado, questionado e deixamos claro que a recessão está aí. O próprio Governo Federal está reconhecendo, ontem estava reunido com seus Ministros. Parece que não se dá a devida atenção para o problema que está à nossa porta, que é a recessão. E noticiado diariamente, não no Brasil, mas no mundo inteiro.

Então, o momento é de cautela. Tem aquela frase que temos dito: cautela e caldo de galinha não fazem mal a ninguém.

No momento de crise que vivemos é oportuno mexer na carga tributária? De um lado o Governo deixa de arrecadar e do outro lado ele arrecada. Uma única certeza se tem que, no final de cada mês, na fatura de energia elétrica de cada cidadão do Paraná, estará embutido o aumento do ICMS sobre energia elétrica, o aumento na telecomunicação, o aumento do combustível, o aumento nos outros produtos que também terão sua carga majorada.

Então, por esta razão, já que vamos ter depois de amanhã, na próxima quarta-feira, às 18h, na ACP - Associação Comercial do Paraná, a nossa última Audiência Pública, esperamos que as entidades organizadas e os consumidores também se manifestem.

Quem paga o imposto, Deputado Nelson Justus, V. Exa. que tem presidido junto com o Deputado Durval Amaral as Audiências Públicas, temos sempre manifestado que o imposto é pago pelo consumidor. O comerciante é um repassador do tributo que ele arrecada do que ele cobra do consumidor e, depois, repassa ao Governo do Estado. Temos que ter muita cautela. Acho que o momento não é de aprovar essa reforma tributária. O momento é de cautela, o momento é de recuar, o momento é de reflexão que nós, aqui na Assembleia Legislativa, devemos ter em relação a essa reforma tributária que está tramitando aqui na Casa.

Pelas Audiências Públicas todas, com exceção da cidade de Maringá, onde a maioria das entidades se manifestou até defendendo esse projeto, mas nas demais cidades de Londrina, Guarapuava, Ponta Grossa, Cascavel, Foz do Iguaçu, vimos que a grande maioria foi contra essa reforma tributária proposta pelo Governo do Estado.

Por esta razão, acredito que os Parlamentares que participam das Audiências Públicas devem dar, também, ouvidos para quem lá está presente, quem participa e quem leva sua mensagem. Para quem não participa e não participou ainda das Audiências Públicas, que consultem os Deputados que estiveram presentes para que possamos dar ouvidos, efetivamente, a essas entidades que estão participando. Então, vamos pesar os dois lados, ver onde ganhamos e onde perdemos.

Seria isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Com toda certeza, a partir da semana que vem, este projeto começa a tramitar nas Comissões da Assembleia e, depois, virá para o Plenário, quando os grandes debates surgirão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Eu sabia, já tinha ouvido e visto o representante das cervejarias. Ele esteve lá no município de Guarapuava e, depois, também esteve em Ponta Grossa. Reclamou que aqui no Paraná temos uma alíquota de ICMS de 26%; que São Paulo tem uma alíquota de 18% e que o acréscimo de dois pontos percentuais deixaria essa diferença ainda maior.

Sabemos que o volume do mercado paulista e do consumo paulista é quatro, cinco vezes maior que o paranaense. Cerveja precisa de consumidores, água boa, de qualidade, e uma distância não superior a 200 quilômetros para se tornar viável a logística de distribuição do produto. Então, cervejarias vão ter sempre, enquanto houver consumidores, mesmo que tenha uma alíquota maior de ICMS. Mas quero dizer que quando ouço o Deputado Elio Rusch falar sobre uma correspondência recebida...

Sr. Presidente, queria apenas que o pessoal que trabalha no som me desse um retorno, porque não sei se estou falando muito alto ou muito baixo aqui, mas não estou escutando o que estou falando. Parece que as pessoas não prestam muita atenção, às vezes, no que está acontecendo. Não estou tendo o retorno. Acho que deveríamos ter algumas pessoas que trabalhassem durante o período em que há Sessão para que pudesse funcionar de forma harmoniosa o som. Não estou dando um pito, não, estou fazendo uma consideração, porque muitas vezes vejo acontecer comigo, acontecer com outras pessoas também.

Mas, quero dizer o seguinte, Deputado Elio Rusch: acho muito estranho que, de fato, o setor que tem uma carga tributária razoável e que é um único setor que estamos tratando nessa reforma tributária, não estamos acrescentando absolutamente nada relativamente ao álcool e muito menos em relação ao óleo diesel, que é o grande

volume de consumo que temos neste estado, estamos falando em crescer na gasolina. E o interessante, Deputado Elio Rusch, é que nós acabamos vendo, começam a aparecer os lobbies das cervejarias, do Sindicombustíveis, já andaram circulando por aí representantes da indústria do cigarro.

O fato é que quando pretendemos diminuir o preço do produto na prateleira, garantir que V. Exa. tem bons ouvidos para ouvir, como também, claro, é portador de uma capacidade de raciocinar boa e para poder expressar o seu ponto de vista. V. Exa. ouviu os representantes supermercadistas dizendo o seguinte: “Baixem o imposto que nós vamos reduzir o preço dos produtos que o povo compra com o seu salário”. Da mesma forma ouvimos as farmácias dizerem o seguinte: “Nós vamos reduzir o preço dos medicamentos. Pelo amor de Deus, aprovelem essa lei!” Foi esse o apelo, Deputado Professor Luizão, que ouvimos dos representantes, como também pudemos ver e ouvir a apresentação feita pela Associação Comercial e Industrial de Maringá, no estudo preparado pelo Departamento de Economia da UEC.

Para nós foi uma surpresa, nos assustou, inclusive, no início. Mas, pudemos ver que o trabalho era feito com base na pesquisa de orçamento familiar feita pelo IBGE que vale para todo o Brasil e aplicado à economia de uma família das 2 milhões, 938 mil famílias que temos no estado do Paraná, percebemos a capacidade que temos de reduzir o preço dos produtos que o povo compra e da vantagem que o consumidor tem, porque ela tem tanto a alta do preço da gasolina, como também tem o preço da energia elétrica, o preço das telecomunicações, e o preço efetivo, até da cervejinha, está calculado.

Então, o estudo demonstra que o consumidor vai ter vantagem, inclusive, para todas as faixas de renda, todas, sem nenhuma exceção, inclusive para os mais ricos, até eles, na pessoa física, todos vão ganhar em relação a isso. Agora, que efetivamente há setores que não aceitam, o setor dos Sindicombustíveis não vai deixar de vender R\$ 1 a mais de combustível por causa disso. Eu não entendo o lobby do Sindicombustíveis, sinceramente não consigo compreender e explicar esse comportamento a V. Exa.

Passa a usar o horário da Liderança do PMDB

Deputado Elio Rusch, depois vamos falar a respeito do terminal público de álcool, porque tem coisas que tínhamos que ter explicações.

Concedo um aparte ao Deputado Elio Rusch.

O Sr. Elio Rusch (DEM)

Deputado Romanelli, ouço com muita atenção o vosso pronunciamento e quando V. Exa. diz que começam a aparecer os lobbies, os lobistas para defenderem a sua categoria, entendo que o Sindicombustíveis, não estou falando de lobistas, nada, acho que eles estão defendendo, primeiro, a sua categoria e depois o próprio consumidor.

Eu já disse que quando você aumenta a alíquota da gasolina, o proprietário do posto de gasolina, automaticamente, está majorando também a energia elétrica do que faz funcionar uma bomba de gasolina, ele gasta e paga a mais através da comunicação. Ou seja, quando o cliente vai lá pagar com cheque, vai consultar o cheque, ele usa o telefone e, automaticamente, ele vai pagar a mais também de ICMS sobre o uso do telefone.

V. Exa. falou da cervejaria, que foi lá algum representante. Claro que foi, como o Sindicombustível foi. Mas V. Exa. também ouviu o Presidente da Associação Comercial de Cascavel, o representante dos contadores, os representantes das pequenas empresas, que estão no SIMPLES. Foram diversas as entidades e empresas que se manifestaram, uns a favor e outros contra.

Disse na cidade de Maringá, e V. Exa. estava presente quando debatemos. Disse que cabia a nós Parlamentares, independente de quem votava a favor e quem votava contra nessa reforma tributária. De um lado você agrada e do outro lado você vai desagradar. Este é um momento de reflexão, e falamos antes dessas Audiências, começamos a falar isso em Guarapuava, sobre a questão do ICMS, sobre a exploração de energia elétrica que o estado do Paraná exporta para outro estado, que está imune. E que agora foi aprovado na Comissão da Reforma Tributária no Congresso Nacional, os estados produtores tanto da energia, como de combustível, deverão de ser compensados com apenas 2%.

Será que é o momento de aumentar a carga tributária? Diante da Lei de Responsabilidade, quando vamos diminuir, sabemos disso. Quando você vai reduzir uma alíquota, tem que fazer a compensação. Porque está na legislação, porque senão incorre em crime administrativo. O Paraná será compensado pela energia elétrica que exportamos. Vai aumentar automaticamente a receita do ICMS. Será que não é o momento de esperar o que vai acontecer no Congresso Nacional? Na reforma tributária vai unificar ou não? Quanto vai ser o acréscimo Podemos reduzir, sim, a alíquota do ICMS sobre os bens de consumo, ou seja, os bens de salário.

O momento é de cautela, sim, de reflexão, Deputado Romanelli. Porque não se trata neste momento, nem de Oposição e nem de Situação. Trata-se de uma reforma tributária, que a sociedade do Brasil não agüenta mais a alta carga tributária. Se vamos reduzir de um lado, estamos aumentando de outro. De um lado vamos pagar a menos e de outro vamos pagar a mais. A sociedade não agüenta mais isso.

Obrigado pelo aparte, Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Deputado Elio Rusch, desculpe-me eu pedir a V. Exa. para encerrar o aparte, mas V. Exa. está repetindo como um mantra esse tema.

Primeiro, sabemos que esse projeto de lei da mini-reforma tributária não tem aumento da carga tributária. Isso já está absolutamente comprovado. V. Exa. é a

última pessoa que ainda mantém essa posição. Sabemos, inclusive, que as diminuições de ICMS, somado o setor de autopeças, já passamos dos 475 milhões de renúncia fiscal que o Governo está fazendo, ou seja, de dinheiro a menos que vai entrar no cofre. Sabemos que acresce 409 milhões com as alíquotas majoradas.

Por outro lado, eu mesmo pretendo promover uma discussão. Acho que temos que ver que alguns produtos podem sair e outros entrar. Tenho uma tese sobre isso. Vamos encerrar as Audiências Públicas, primeiro, para falar sobre isso. Mas se tem uma coisa que esse projeto não promove é o aumento de carga tributária. Entendo que V. Exa. não quer deixar o seguinte: o Sindicombustíveis não quer o aumento da gasolina.

O Sr. Elio Rusch (DEM)

E as pequenas empresas, as 75 mil empresas?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

V. Exa. pode falar, não consegue escutar as pessoas. Já dei um aparte a V. Exa., mas não consegue escutar. Ouço V. Exa. com paciência e com muita dedicação.

V. Exa. sabe que o nosso Governo, no segundo mês, promoveu uma reforma fiscal neste estado, zerou o imposto da microempresa, fez com que a pequena empresa pagasse até 3,4% de alíquota. Acabou de forma definitiva aquele terror que os comerciantes tinham de ter fiscal batendo na sua porta toda hora. Micro e pequena empresa hoje, todo mundo sabe, estão proibidas de ser visitadas por fiscais. O micro e pequeno empresário trabalha com tranquilidade neste estado do Paraná. É dos pontos mais altos nossos, a política tributária. Criamos para a indústria paranaense diferente do que havia anteriormente, o deferimento do ICMS entre contribuintes, a alíquota é de 12%. A indústria já está altamente beneficiada. E mais, a indústria absorve 100% de crédito de ICMS, de energia.

Ora, Deputado Elio Rusch, o povo tem o direito de pagar mais barato os preços que compra com o salário. O estudo é do professor da UEM. V. Exa. viu o estudo, sabe que o povo vai pagar menos. Sei que tem os lobistas, do Sindicombustíveis, da indústria do fumo, das cervejarias.

Sinceramente, aqui representamos o povo e o povo é que vai ser beneficiado, Deputado Dobrandino. Concedo-lhe um aparte.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

Obrigado, Deputado Romanelli.

Só para constar o que V. Exa. está falando, ontem falava com o Governador, na vinda de Foz do Iguaçu, sobre essa mensagem. Ele reafirmou: “A mensagem do Governo, a intenção não é aumentar a carga tributária, não é de arrecadar mais. Se não der certo, no outro lado o benefício não chegar ao povo, revogo a lei.” Então, não tem que ter esse temor, essa discussão que o Governo, quer meter a mão no bolso do povo. Estão fazendo tempestade em copo d’água.

O nosso Governo é sério e não vai ser irresponsável de mandar aumentar só a carga tributária e não chegar os benefícios na grande maioria da população do Paraná.

Obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Obrigado, Deputado Dobrandino.

O Governo, se quisesse arrecadar mais 1 bilhão de impostos, era só colocar mais cinco produtos na substituição tributária. Aumenta para 1 bilhão a mais de receita. O Governo não faz isso porque o nosso Governo é um Governo que sabe que a sociedade tem que produzir. Temos que ter carga tributária no Paraná que seja justa, para que as pessoas possam pagar. O que não é possível é que quando temos uma oportunidade igual a esta, de um projeto que modifique para melhor a vida do povo, veio o interesse contrariado. O fato é que temos um grande desafio para poder promover, de fato, uma maior justiça fiscal.

Sr. Presidente, concluo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra, Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente Nelson Justus, Deputada Cida Borghetti, Deputado Dr. Batista, Deputadas, Deputados, comitê de imprensa, visitantes, telespectadores da TV SINAL.

Estamos recebendo do Sindiprol de Londrina, assinado pelo Adenilson Antonio Alves Batista, que é Presidente, uma mensagem sobre a Polícia Civil do Paraná. Ele diz aqui que é de conhecimento geral, dos sofrimentos, infartos, stress, falecimentos, internações e até tratamentos em clínicas psiquiátricas, etc, de policiais civis. Aqui os servidores policiais civis estão passando no nosso Paraná, tendo em vista a falta de sensibilidade de alguns membros do Poder. Essas autoridades estão em puro arrepio da lei, cancelando as aposentadorias dos policiais civis do Paraná, determinando a esses policiais o retorno à atividade, mesmo depois de aposentados, mesmo que isso tenha ocorrido após cinco, seis ou sete anos inativos, colocando com isto em risco, pegar o policial que já está aposentado há cinco, seis ou sete anos e obrigá-lo a voltar ao trabalho, até sem nenhum treinamento, coloca em risco a vida do próprio policial e também a falta de segurança para a própria população, na medida em que esse retorno ao trabalho é efetuado sem nenhum aperfeiçoamento, sem nenhum treinamento, sem nenhum atendimento médico ou até psicológico para o policial que ficou muitos anos inativo e, de repente, o Governo do Paraná está obrigando esse policial a voltar para o trabalho, se nenhum treinamento, sem nenhum atendimento psicológico, etc.

As entidades sindicais, exceto as que não têm compromisso com a justiça e a sensibilidade, têm efetuado

movimentos, diga-se movimentos pacíficos, objetivando resolver a situação, mas em vista da inércia de alguns membros do Poder Executivo, a situação se alastra há mais de três anos aqui no Paraná, sem nenhuma solução e até sem nenhuma boa vontade das autoridades.

Ressalta-se que a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência estipulou o dia 20 de setembro deste ano, que já passou, portanto há vários meses, tinha prometido esta data de 20 de setembro para a solução da aposentadoria, sob o argumento que já estava solucionada a questão.

A ParanaPrevidência também, no seu site, menciona que finalmente o Governo iria encaminhar mensagem neste sentido.

Finalmente, Srs. Deputados, reza a Constituição Federal, no artigo 24, inciso XVI, a contemplação de competência concernente, concedendo-se aos estados membros o direito de legislar sobre os direitos, garantias e deveres dos policiais civis.

Portanto, é falacioso o argumento de impedimento neste sentido, porque a Constituição garante do Governo do Paraná resolver esta questão dos policiais. Tanto isto é verdade que o vizinho estado de São Paulo, após a guerra entre as Policiais, aprovou, no dia 13 deste mês, a lei que rege a aposentadoria dos policiais civis.

Assim, em vista de sua ação intransigente na defesa dos menos afortunados, é que esta entidade sindical solicita a V. Exa. interceder diretamente junto ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião e também ao Secretário da Segurança Pública, objetivando a solução desta presidência.

Portanto, Sr. Presidente, continua esta luta dos policiais civis do Paraná. É inadmissível, não se pode apoiar que o Governo venha convocando aqueles que já estão aposentados para retornar ao trabalho, além, naturalmente do Plano de Cargos, Carreira e Salários e outros benefícios que os policiais estão a reclamar.

Queira Deus que o Governador Roberto Requião dê ao policial civil, à policial civil, um atendimento mais humanitário, mais respeitoso e que, acima de tudo, o Requião cumpra com aquilo que está na Constituição Federal, que é a Carta Magna deste país, deveria ser, pelo menos se entende que a Constituição seria a Carta Magna deste país, mas tem autoridade que não respeita, não segue a Constituição como a Carta Maior, que dita as normas para todos os cidadãos brasileiros.

Por último, Presidente Nelson Justus, estamos encaminhando a V. Exa. projeto de lei que, se aprovado, é um projeto de lei de apoio às empregadas domésticas do Paraná, babás, cozinheiras, faxineiras, secretárias do lar. Nosso projeto aplica uma multa, se aprovado, a todo edifício, a todo condomínio residencial que discriminar esse tipo de trabalhador, trabalhadora, porque nas prédios, muitas vezes, tem o elevador social para o patrão, para a patroa, parentes, convidados, e o elevador de serviço, capegando, sobe enfiado, a porta não abre, aquele é para a empregada doméstica. A empregada doméstica

que cuida do filho da patroa, da criança, que limpa o apartamento, que lava e passa a roupa, cozinha, às vezes faz pratos deliciosos. Tem empregada doméstica que em alguns casos sofre até de abuso do filho do patrão, para não falar de alguns patrões um pouco mais assanhados, que à noite erram de porta e vão bater na porta do quarto da empregada doméstica. Tem gente aqui rindo, mas é verdade. De repente, no outro dia cedo, aquele patrão moralista não admite que aquela empregada que ele andou até procurando, abusou e tal, não permite que ela use o mesmo elevador, tem que ter o elevador de primeira classe e o elevador de segunda classe.

Se lutamos pela igualdade dos povos do mundo inteiro, acho que tem que acabar essa discriminação. O Azolin, do canal 21, me deu uma idéia que vamos aprimorar na continuidade do projeto emendando o projeto para acabar com a discriminação em todos os setores. Não tem que ter elevador para Deputado, elevador para o povo. É o povo que nos elege, que nos coloca aqui. Não tem que ter elevador para Vereador, Prefeito, Governador, Desembargador! Por que não o cidadão chegar ali no prédio do Tribunal de Justiça e subir junto, sim, com o Desembargador, com o Juiz, com o Promotor, com o Procurador? Com o Governador Requião, quem sabe ele já ouve ali alguma coisa que está acontecendo no Paraná que ele pode consertar.

Então, na continuidade, vamos emendar o nosso projeto, porque se nós batalhamos pela igualdade dos povos, branco e negros, raça amarela, a integração, combatemos a discriminação e muitas vezes, até no prédio que moramos, pode estar havendo essa discriminação. Inconscientemente nós convivemos com esse tratamento desigual há muitos anos e nenhuma providência é tomada!

Então, o nosso projeto acaba com essa frescura de elevador diferenciado. Tratamento igual para todos, e o condomínio que não cumprir a lei, se esse projeto aprovado e sancionado, e creio que os Deputados vão aprovar, haverá uma multa de três salários - mínimos iniciais para a primeira infração que o condomínio cometer, e se houver nova infração, dobra a multa. Agora, a esperança é que nunca tenha que ser aplicada essa multa, e se ocorrer terá que ser depositada na Receita Estadual. Então, Sr. Presidente, é um gesto de respeito, de carinho àquelas pessoas que trabalham.

Quero dizer que troquei idéia com o Líder maior do nosso partido, Deputado Duílio Genari, e até inspirado na sabedoria, no gesto humanitário e cristão do nosso grande Líder é que me motivei a apresentar este projeto de lei, que espero seja aprovado por esta Casa, mostrando que aqui no Paraná estamos partindo, sim, para a igualdade em todos os sentidos e estamos, sim, fazendo leis para acabar com discriminações, com tratamentos desiguais.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Professor Luizão.

Deputado Professor Luizão (PT)

O SR. PROFESSOR LUIZÃO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uso a tribuna para falar um pouco sobre a crise mundial, que afeta diversos países do mundo, mais especificamente sobre uma declaração que eu ouvi ontem do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, criticando o Presidente Lula por ele ter feito uma declaração minimizando a crise internacional. Ele disse que o Lula não deveria subestimar a crise internacional, deveria dar mais importância. Mas imaginem os senhores, se o Presidente da República vai apavorar a população, falando mais do que a crise realmente representa. Até acho que os meios de comunicação, muitas vezes, exageram na dimensão desta crise. Evidente que um Presidente, com a responsabilidade que tem, devo procurar amenizar a crise e sim tomar medidas duras para poder superar e atravessar esse período de turbulência.

Lembro o tempo em que o Brasil ficava de joelhos perante o FMI e qualquer crise externa, qualquer tempo ruim que acontecia na Europa, que as Bolsas davam uma estremecida, o Brasil já ficava em situação bastante complicada. Não foram poucas as vezes de ter que recorrer ao Fundo Monetário Internacional. Hoje temos um Governo que é precavido, livrou o Brasil do FMI e acumulou reservas suficientes para dar segurança aos brasileiros neste momento de instabilidade.

Estamos há algum tempo enfrentando esta crise e o Brasil recentemente já enfrentou crises menores e saiu delas com sucesso. Graças a um Governo que está sempre prevenido para esses momentos. Infelizmente, é uma crise que não fomos nós que criamos, é uma crise que aliás a economia brasileira tem ido muito bem nos últimos anos, na produção, na geração de empregos. Agora, os Governos, inclusive o nosso, têm que injetar bilhões de recursos na economia para não prejudicar a produção. Infelizmente uma crise que foi criada não pelo capitalismo produtivo, mas pelo capital especulativo que ganhou muito antes da crise e certamente também vai ganhar com esta crise.

Hoje o Banco Central Norte-Americano anunciou US\$ 800 bilhões que vai injetar na economia, para poder sanear. Seiscentos bilhões de dólares vão para saldar dívidas de hipotecas e dívidas de ativos, infelizmente não é para beneficiar a produção. Imaginem US\$ 800 bilhões o que não dava para melhorar na economia, principalmente dos países mais pobres do mundo. E esse recurso vai para ajudar aqueles que já ganharam muito com a crise, que abusaram nos seus investimentos, que sobrevalorizaram os papéis, as ações, e depois resultou nesta crise, que infelizmente não foi restrita aos Estados Unidos, mas se espalhou para todo Mundo.

Infelizmente, os recursos que poderíamos utilizar para melhorar a Saúde, a Educação, infra-estrutura, diminuir a pobreza, agora o Governo Brasileiro tem que colocar na economia para que a crise não comprometa o setor

produtivo e gere desemprego. Infelizmente para salvar bancos e o pior, sabemos que esses recursos vão, sim, beneficiar aqueles que já ganharam muito dinheiro e que geraram esta crise. Mas eles também ganham com a crise, porque eles são especuladores. Acho que se diminuirmos a importância da crise, principalmente a imprensa que acaba alarmando a sociedade inibindo os investidores, principalmente os que investem na produção e na geração de empregos poderemos sair da crise de forma mais tranquila. Ainda bem que o Governo brasileiro tomou a decisão certa de diversificar os parceiros comerciais, não ficando exclusivamente na dependência dos Estados Unidos, mas com os países em desenvolvimento da África, da Ásia, da própria América Latina.

Passa a usar o horário da Liderança do PT

O Lula, recentemente, em Foz do Iguaçu, fez uma grande explanação sobre a crise, demonstrando a compreensão que ele tem da crise, da dimensão da crise e, conclamando os países latino-americanos a driblar intensificando o comércio entre si, intensificando o comércio, a produção aqui dos países em desenvolvimento, os países mais pobres, saindo daquele núcleo Europa, Ásia, Estados Unidos. Acho que é a forma mais adequada para nos livrarmos da crise.

O Governo do Paraná, vejo que vem há muito tempo tomando medidas adequadas como isenção e redução de impostos para pequenas e médias empresas, que aliás que são as que mais empregam em nosso estado. Agora com reforma, reduzindo o imposto de 90 mil produtos, que nós ainda não tomamos uma decisão, da Bancada do PT. Mas eu, particularmente, sou favorável a esta reforma, porque acredito que vai beneficiar a população com a redução desses impostos e vai otimizar a arrecadação do nosso estado.

Acho que crise se combate com trabalho e Governos sérios. Reconheço que o Governo do Paraná e o Governo Lula vêm fazendo isso.

Quero falar de uma outra crise. Mas essa é uma falsa crise, que aconteceu nos últimos meses entre o PT e o Governo do Estado. Por que eu digo que é uma falsa crise? Porque ela não tem consistência. Fizemos uma parceria com o Governo do Estado e concordamos com o programa e temos uma relação institucional com o Governo.

O PT comanda hoje três Secretarias, por sinal com muita competência: a Secretaria do Planejamento, comandada pelo nosso companheiro aqui da Assembleia, o Deputado Enio Verri; a Secretaria da Agricultura, comandada pelo experiente profissional dessa área que é o Valter Bianchini, e a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, que é comandada pela professora Lygia Pupatto. No trabalho dos Secretários não há crise. Há, aliás, uma perfeita harmonia entre o que pensa o Governador e as políticas defendidas pelo PT implementadas por essas Secretarias.

Então, houve sim algumas declarações da nossa Presidente, recentemente, que mais foram críticas e desavenças pontuais que não refletem a realidade que está havendo entre o Governo do Estado e o PT.

A conclusão forçada que muitas vezes assistimos por parte da imprensa, não reflete os fatos ou o que pensa o partido, e a nossa relação, que continua muito boa, com o Governo do Estado. Na prática, não temos discordâncias.

Recentemente, a questão do piso mínimo dos professores, na verdade, não foi uma iniciativa do Governador, mas também lamento, acho que não era esse o caminho de contestar o piso nacional, que foi votado e discutido com a sociedade e que eu defendo com unhas e dentes, porque acho que a Educação deve ser valorizada em nosso país. Mas não foi uma iniciativa do Governador; foi iniciativa, aliás, da Governadora do Rio Grande do Sul e que foi apoiada por outros Governadores, com suas argumentações. Acredito, também, que essa ação vai ser derrubada na Justiça.

Mas, na prática, a política educacional implantada por este Governo é uma política que defendemos, uma política de valorização da Educação. O fato de o Paraná aplicar 25% dos recursos, que na verdade o mínimo exigido era 25%, o Paraná corajosamente implanta 30% das conquistas dos últimos anos que tivemos, principalmente no ano passado e este ano, que acompanhei todas, de valorização dos profissionais da Educação, principalmente os professores, equipamentos nas nossas escolas, reforma, ampliação, construção de quadras esportivas, construção de novas escolas.

Então, não temos discordâncias em relação às políticas desenvolvidas e colocadas em prática por este Governo. A discussão e a desavença são pontuais em relação a uma ação de inconstitucionalidade, em relação a uma lei aprovada pelo Congresso Nacional.

Nós temos, no PMDB, um grande parceiro. Fomos parceiros para o Governo do Estado, fomos parceiros, agora, recentemente, nas eleições municipais e certamente seremos parceiros em 2010. Evidente que não excluímos outras possibilidades. Aliás, lá no município de Pinhais eu fiz uma parceria, uma aliança com o PDT, com o PP, com o PMN, com partidos que não fazem necessariamente parte da base do Governador aqui da Assembléia, da base de apoio do Governo do Estado. Mas, que nos municípios sabemos que muitas alianças acontecem olhando a realidade municipal.

Então, nos municípios as alianças não refletem, muitas vezes, a conjuntura que acontece a nível de Governo do Estado ou de Governo Federal. Lá no município de Pinhais tem a minha Vice-Prefeita, eleita comigo, que é do PDT. Mas, o PDT é um partido da base do Governo Lula. Então, fizemos uma parceria com um partido da base do Governo Lula, mas no Paraná tivemos oportunidade de fazer parcerias, coligações com partidos como o PSDB, Democratas, e que certamente irá beneficiar a população das cidades onde fizemos estas coligações.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Deputado, só para cumprimentar seu partido, o PT, e V. Exa., parabéns ao PT por conseguir ter esta convivência tão boa com o Governador Roberto Requião, uma convivência maravilhosa. Diverge, consegue divergir, consegue lançar candidatura própria. Tenho lido nos jornais que o PT deve lançar candidatura própria daqui a dois anos. Normal. E ficamos muito felizes em ver este bom relacionamento. Em ano de eleição, o PT está com o Roberto Requião, daí muda. Em época de eleição, o Roberto Requião não quer o apoio do Lula, porque senão pega mal. Mas depois, se o Lula não vem, o Roberto Requião não ganha. É um negócio maravilhoso.

Então, parabéns ao PT. O PT é maravilhoso. Conseguiu, ao longo dos anos, fazer este bom relacionamento, que se transformou num Presidente em Brasília, num Governador ligado ao PT aqui, aos cargos. E você citou bem: grandes Secretários tem o PT. Pessoas maravilhosas tecnicamente, o bom convívio e até a discordância com o Governador, e que o Governador não aceita de ninguém, mas do PT ele sempre aceita.

Parabéns. V. Exas. estão cada vez melhores.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)

Muito obrigado pelo aparte, Deputado.

É evidente que sua relação com o Governo, reconheço que não tem sido das melhores, ultimamente. Mas nós, em termos de programa de Governo e de políticas, não temos grandes discordâncias, mas não vamos deixar de nos manifestar sempre que tivermos discordâncias. São discordâncias pontuais.

Evidente que para 2010 vamos ter que analisar a conjuntura nacional, mas certamente teremos o PMDB como um grande parceiro. E certamente, teremos candidatura própria ao Governo do Estado, como ao longo das últimas eleições temos tido candidato próprio. É uma marca do Partido dos Trabalhadores ter candidato próprio ao Governo do Estado. E em 2010 até esperamos, inclusive, o apoio do PMDB, já que apoiamos por diversas vezes para nossa candidatura e também diversos outros partidos, que vamos “costurar” as alianças. Mas, no momento temos uma relação sólida e juntos vamos continuar trabalhando para melhorar a vida do povo paranaense.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedemos a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Douglas Fabrício.

Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Deputado Nelson Justus, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Hoje é dia 25 de novembro, Dia Internacional da Não Violência Contra a Mulher. Procurei fazer o levantamento desse tema, Sr. Presidente, na questão da Segurança

Pública do nosso estado. Já fizemos Audiências Públicas, já participei de algumas dela e temos percebido que tem avançado muito a falta de Segurança Pública no Paraná. Mas hoje vou me ater sobre a questão das mulheres especificamente.

É muito difícil, Srs. Deputados, conseguirmos informações quando se trata da questão da Segurança Pública aqui no Paraná. É muito difícil. Parece até que tem uma caixa preta nesse tema e nós não conseguimos. Mesmo os Deputados da base do Governo que eu consulto, converso e não consigo as informações. Mas, conseguimos aqui algumas informações que quero passar aos Srs. Deputados e à imprensa, sobre a violência contra as mulheres aqui na cidade de Curitiba - sendo que ainda continuo buscando informações em nível estadual para saber como é isso no estado.

Deputado Mauro Moraes, V. Exa. que preside a Comissão de Segurança nesta Casa, sei do esforço que V. Exa. vem fazendo e tem tido dificuldades em conseguir as informações.

Perfil da violência contra a mulher em Curitiba: 600 lesões corporais e ameaças contra mulheres são notificadas a cada mês na Delegacia da Mulher de Curitiba. De março a julho de 2008 foram registrados 2 mil 977 boletins de ocorrência de violência contra a mulher. Olhem os números! São 600 lesões corporais e ameaças contra mulheres a cada mês, só aqui em Curitiba.

Um mil e cento e cinquenta casos, sendo que desses são 648 casos de violência física e 497 casos de violência sexual, por ano, atendidos no Centro de Referência e Atendimento à Mulher Vítima de Violência aqui de Curitiba. E tem uma infeliz tendência crescente a cada ano.

Duzentas e vinte e três mulheres vítimas de violência foram atendidas no Hospital do Trabalhador em 2007, sendo 22% das urgências atendidas e até junho de 2008 foram mais de 132 casos.

Setenta ou 80% dos 10 mil e 500 processos que se encontram no Juizado Especial Criminal, que é o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Curitiba, são relacionados à violência doméstica. Olhem só: 70 a 80% dos 10 mil e 500 processos que se encontram no Juizado Especial são relacionados à violência doméstica.

Quatro mulheres por mês são assassinadas em Curitiba, segundo dados do DATASUS. As formas de agressão mais comuns são por arma de fogo, faca, enforcamento, força ou luta corporal. São quatro mulheres só de Curitiba.

Tenho uma tabela aqui com os números de homicídios femininos e esta tabela conseguimos junto à Prefeitura de Curitiba, com pessoas ligadas à questão do Manifesto de Solidariedade às Mulheres, que quero agradecer na pessoa da Iara Freire, que gentilmente buscou essas informações e aqui envolve diversas entidades que ao final eu vou falar. Milhares de mulheres e meninas são vítimas de violência em nosso país todos os dias, e em Curitiba não é diferente, as Marias, as Márcias, agora a pequenina Raquel e a Lavínia com apenas nove anos.

Então, nesse manifesto recebemos algumas propostas e reivindicações do Movimento de Mulheres para Prevenção e Combate à Violência. Vamos aqui falar sobre esse tema, claro que envolve, quando fala de Segurança Pública é dever do estado do Paraná, então dever do Governador. O Governador nomeou um Secretário para cuidar desse tema, e naturalmente que nós, Deputados, temos responsabilidade nesse sentido de fazer as cobranças. Então, a apuração rápida e punição imediata, exemplar aos agressores e assassinos das mulheres e meninas. É isso que a sociedade espera, investimento e medidas para a conscientização da população para denunciar os casos de agressões e com isso inibir novas ocorrências de violências, realização de campanhas educativas e preventivas contra a violência em todas as suas formas, com medidas que promovam uma cultura pela paz e defesa da vida às mulheres.

Esse tema, quando eu estava estudando e conversando com a Iara Freire em uma reunião com as mulheres do PPS, me chamou muito a atenção porque eu percebo que vêm avançando as denúncias, as mulheres estão se organizando, pedindo ajuda, falando, existem hoje Delegacias especializadas nesse tema, mas ainda precisa avançar muito.

Então, por isso fazemos esse manifesto hoje, Sr. Presidente, em homenagem a este dia, o Dia Internacional da Não Violência Contra a Mulher.

Agora, quero usar o segundo momento para voltar a falar aqui sobre o aumento do ICMS que o Governo está propondo.

Está se usando um nome até chique, fala-se em minirreforma tributária; não é uma minirreforma tributária, é o aumento do ICMS. Claro que tem também a diminuição do ICMS em outros produtos. Mas, conversando com as pessoas, e continuo ouvindo as pessoas, quando vou às Audiências Públicas aquelas pessoas que vão e participam, já ouvi pequenos empresários, contadores, se manifestam contrário à manifestação desse aumento, não querem que aumente a energia elétrica, não querem que aumente o telefone, não querem que aumente a gasolina. E aí o que estamos percebendo é que o Governo busca com isso aumentar a arrecadação. É isso claramente que eu percebo.

Ouvi ainda há pouco o Deputado Romanelli dizendo que vai deixar de arrecadar em função de alguns produtos, e já foi apresentado isso nas Audiências Públicas, mas é clara a percepção de que o Governo quer aumentar a sua arrecadação. E tem mais uma coisa que o Deputado Romanelli usa como argumento, que é o fato das micro e pequenas empresas terem sido isentas do ICMS em uma faixa de faturamento, que vai até R\$ 360 mil por ano. É uma conquista? É uma conquista, é verdade, e nós inclusive apoiamos e votamos a favor disso aqui na Assembléia Legislativa.

Mas com esse projeto muitos desses empresários serão prejudicados. Muitos produtos serão baixados, mas o pequeno empresário não terá esse benefício. Vai concorrer de forma desigual. Isso é o que os contadores estão dizendo os microempresários.

Outro argumento colocado é que o fiscal não está indo à micro e pequena empresa.

A micro e pequena empresa sofre uma dificuldade enorme quando vai buscar crédito. Na parte de capacitação, em investimento nesse setor, não conheço nenhum programa que o Governo ofereça focado em ajudar o micro e pequeno empresário, oferecendo capacitação a seus funcionários, para poder melhorar o atendimento e o desenvolvimento da própria empresa. Nesse sentido o Governador não apóia. Ainda vai querer que vá fiscal na empresa! Não acredito! O Governo dizer que proibiu o fiscal de ir à pequena empresa! O pequeno empresário tem que ter apoio para que, cada vez mais, fortalecer o seu trabalho!

Estou fazendo um levantamento sobre esses casos do Banco Social. O Governador Roberto Requião acabou com o Banco Social. Ele colocou para atender 120 municípios e acabou desfocando a sua finalidade. Está atendendo um número bem menor de pessoas agora.

Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PPS/PMN

E agora lança uma reforma de isenção em alguns produtos e aumento em outros para compensar. Só que, naqueles que irão aumentar, terá um acréscimo na arrecadação. E ainda mais, todos irão pagar! Todos!

Concedo um aparte ao Deputado Elio Rusch.

O Sr. Elio Rusch (DEM)

Estava olhando aqui, enquanto V. Exa. fazia o seu pronunciamento, que no próximo dia 10 teremos Audiência Pública nesta Casa, da Secretaria da Fazenda, sobre a prestação de contas em relação ao segundo quadrimestre deste ano.

Veja que número eu encontrei aqui. Era projetado para uma receita tributária deste ano, nos dois primeiros quadrimestres, R\$ 8 bilhões e 306 milhões. Sabe quanto o estado arrecadou? Foram R\$ 9 bilhões, 105 milhões. Quer dizer, só de ICMS estava projetado 6 bilhões, 931 milhões e arrecadou 7 bilhões, 645 milhões. Foram 110%, ou seja, um excesso na arrecadação de ICMS sobre aquilo que estava projetado este ano. E aí vem o Governo dizer que precisa aumentar a receita!

Não somos contra reduzir o imposto sobre bens de consumo, sobre bens de serviço. Mas não vamos aumentar a carga tributária já que temos aqui excesso de receita sobre aquilo que estava projetado no ano passado, quando se elaborou o orçamento deste ano.

Muito obrigado.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

O Deputado Romanelli já colocou, nas Audiências Públicas, que o Governo conseguiu aumentar a arrecadação quando ele isentou as pequenas empresas. Agora, se ele quiser baixar o imposto de determinados produtos, que naturalmente a roda gira para frente, não precisa aumentar de outros produtos. Imagine se ele aumentar um percentual de 10% na energia elétrica, no telefone e na gasolina, vai aumentar muito mais a arrecadação no estado.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

É, o excesso de receita do ICMS não chegou a um bilhão. Setecentos milhões em números redondos, de janeiro até o final de agosto deste ano. Quer dizer, se arrecadamos 700 milhões acima do que estava projetado, por que aumentar mais a carga tributária? Então, me desculpe o Líder do Governo, não posso concordar quando ele diz que não há aumento da carga tributária. Claro que há aumento da carga tributária! Pode não ter aumento na receita do Governo do Estado, naquilo que ele abre mão daquilo que ele arrecada, mas aumento na carga tributária sobre combustível, sobre energia elétrica, sobre telefone, claro que existe!

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Então, naturalmente, Deputado Elio Rusch, na minha forma de entender e pelo que tenho conversado com os contadores, eles também acham que vai aumentar inclusive a arrecadação do Governo com este projeto. Vai reduzir em alguns pontos, deixar de arrecadar, mas no movimento que é maior vai arrecadar mais e o Governo, com isso, vai ter mais dinheiro em caixa, ainda tirando do lombo do trabalhador, em especial o micro e pequeno empresário.

Era isso, Sra. Presidente. Obrigado.

Horário das Lideranças:

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Passa-se ao Horário das Lideranças. PSDB. PDT. PMDB.

(Declinam)

Bloco PTB/PR. Com a palavra a Sr. Deputado Jocelito Canto.

Liderança do Bloco PTB/PR: Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Hoje pela manhã tivemos uma reunião da Comissão de Saúde para tratar da questão da “consulta se vira nos 30”, que nós carinhosamente chamamos que é a questão do médico fazer a consulta em menos de um minuto. Teve um debate com a Associação Médica médicos, Conselho Regional. Um espetáculo!

Durante o debate, eis que o Procurador Marco Antônio trouxe uma pérola que eu quero até ler aqui. O Deputado Marcelo Rangel vai gostar. Uma lei aos 44 do segundo tempo. Uma lei feita nesta Casa. Aliás, aqui somos campeões em fazer lei, só que de cada 100 leis feitas, uma ou duas são cumpridas, o resto não é cumprida, mas esta aqui é boa. É a Lei nº 14254, publicada, ou seja, foi promulgada pelo Presidente Hermas Brandão. Aliás, o Hermas gostava disso, era promulgador terrível. Como ele gostava de promulgar lei. Ele promulgou a lei em 14 dezembro de 2003.

A lei diz o seguinte: *A prestação de serviços e ações de Saúde de qualquer natureza ou condição aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, no estado do Paraná, será universal, igualitária, nos termos da Constituição Federal.* E daí vêm os artigos. Atenção, Srs. telespectadores, pessoas que usam o SUS. Isso aqui pouco se divulga. A lei é de autoria do atual Vice-Prefeito de Curitiba, o Dr. Luciano Ducci. O erro do estado é de não divulgar essa lei como deveria divulgar: *São direitos dos usuário do Serviço de Saúde do Estado do Paraná: ter um atendimento humano, digno, atencioso e respeitoso por parte de todos os profissionais da Saúde.* Isso é lei, não é balela, é para ser cumprida.

As pessoas devem se identificar: nome, função, cargo, as pessoas que atendem, crachá, para as pessoas saberem quem está atendendo quem. Ter acesso, a qualquer momento, ao seu prontuário médico ou outro prontuário que deve ser elaborado de forma legível e que deve conter o conjunto de documentos, aquela questão da legalidade, tudo certinho. Toda pessoa tem direito de ser acompanhada, se assim desejar, nas consultas, exames, internações de crianças, adolescentes, gestantes, parturientes, idosos, deficientes físicos, pacientes terminais, por pessoa indicada por ele ou por responsável.

Essa é uma pérola, essa é lei. As pessoas copiam essa lei da internet e a Assembléia tem um site e no site está essa lei, a Lei nº 14254, põe embaixo do braço e quando chegar a um lugar que não cumpra, chama a Polícia, manda prender todo mundo. Olha só a lei, ter consultas marchadas antecipadamente, com tempo de espera que não ultrapasse a uma hora para o início das mesmas. Que beleza! A maioria dos médicos aqui não sabia disso! Que espetáculo!

As receitas devem ser legíveis, não aqueles garrafinhos que os médicos fazem e que ninguém entende nada. É lei.

Receber medicamentos básicos e também medicamentos e equipamentos de alto custo e de qualidade que mantenham a vida e a saúde. É lei.

Ter direito, a gestante, à assistência de pediatria, além dos profissionais, por ocasião do parto. Tem que estar o pediatra e tudo mais na hora do parto.

Ser tratado com dignidade e respeito, mesmo após a morte, sendo que os familiares ou responsáveis devem ser avisados com prioridade após o óbito. As pessoas devem ser respeitadas depois da morte, é lei, quem assinou foi o Presidente desta Casa, porque o Governador vetou. Esta Casa derrubou o veto. E o nosso Presidente da época, Presidente Hermas Brandão, assinou a promulgação. Então, as pessoas mortas devem ser tratadas com respeito.

Ter direito obrigatório a acomodações hospitalares diferenciadas ou especiais - apartamento - até que ocorra a liberação do leito em enfermaria, sem nada cobrar, quando em situações de urgência ou emergência o hospital conveniado não tiver leito disponível em enfermaria. Ter prioridade sobre qual quer outro paciente particular

ou de qualquer convênio, com o procedimento eletivo, quando se tratar de caso de emergência ou urgência, nas áreas de traumatologia, ortopedia ou qualquer área cirúrgica.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, senhores que nos assistem pela televisão, essa é Bíblia do SUS do estado. Peguem essa lei, guardem em casa, está na internet, Lei nº 14254, de 04 de dezembro de 2003. Se for a um hospital público ou a um posto de saúde e não for cumprido isso, faça valer a sua lei. Esta lei é desta Casa e deve ser respeitada. Infelizmente, em alguns lugares não é respeitada, na grande maioria. Se não quiserem atender, chamem a Polícia e mandem prender, quem tiver que prender. Lei não é uma brincadeira, é para ser cumprida.

Era isso, Sra. Presidente. Espero ter contribuído com esta lei, que estava esquecida.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Bloco PSB/PRB/PV; Democratas, Liderança da Oposição; Liderança do Governo.

(Todos declinaram)

Ordem do Dia:

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício nº CEE/G099/08, subscrito pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, convidando o Sr. Presidente da Assembléia Legislativa e os demais Srs. Deputados, para participarem da próxima reunião do secretariado do Governo do Paraná, quando serão apresentados os trabalhos da Comissão de Aprimoramento da Execução e da Individualização da Pena no Sistema Penitenciário do Paraná. **À Diretoria de Assistência ao Plenário, para dar ciência aos Srs. Deputados.**

Comunicado de autoria do Presidente da ALEP, Nelson Justus, constante do expediente, que determina a data de 01/12 para a eleição simultânea da Mesa para as 3ª e 4ª Sessões Legislativas da 16ª Legislatura, informando também que as normas do processo eletivo serão as regulamentadas pelo Ato da Comissão Executiva nº 002/07, de 24/01/07. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 476/08, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação a doação de um ônibus escolar para o município de Pranchita. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 477/08, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a construção de um Centro de Educação Infantil no município de Sarandi. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 478/08, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a aquisição de um aparelho de endoscopia digestiva alta para o Hospital Universitário de Maringá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 479/08, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a instalação de um Centro de Dor Abdominal no Hospital Universitário de Maringá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 480/08, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a instalação de um Centro de Transplante Hepático e Ambulatório de Fígado no Hospital Universitário de Maringá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 03 (três), de autoria do Deputado Cleiton Kielse, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3530, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, justificando sua ausência nas Sessões Ordinárias dos dias 24 e 26/11/08, em face de compromissos em sua região de atuação. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 084/08, de autoria do Deputado Edgar Bueno, que dispõe sobre a instalação de detectores de metais em terminais rodoviários e dá outras providências. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 084/08 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º É obrigatória a instalação de detector de metais, fixo ou portátil, em todos os acessos às plataformas ou portas de embarques de passageiros das Estações Rodoviárias e Ferroviárias do Paraná.

Parágrafo Único. Serão colocados avisos sobre os riscos do equipamento a que se refere o *caput* deste artigo para os portadores de marca-passo.

Art. 2º Todos os passageiros, para embarcar em veículo empregado no serviço de transporte coletivo rodoviário, passarão, obrigatoriamente pelos detectores de metais.

§ 1º A inspeção será extensiva às respectivas bagagens que acompanharem o passageiro.

§ 2º Em caso de ser indicada a presença de material metálico pelo detector, o passageiro deverá ser convidado a exibi-lo ao operador, de forma demonstrar não se tratar de arma branca ou de fogo.

Art. 3º Não será permitido o embarque de passageiro portando qualquer tipo de arma, bem como daquele que se recuse à inspeção por detector de metais.

§ 1ª Executam-se do disposto no *caput* deste artigo as autoridades policiais devidamente identificadas e os passageiros com recomendação médica, comprovada na forma da legislação em vigor.

§ 2º Na eventualidade de resistência do passageiro ao cumprimento desta lei ou no caso de posse ilegal de arma, o funcionário responsável pela fiscalização solicitará a presença da autoridade policial para resolver o impasse.

§ 3º Ao passageiro que portar arma com a devida autorização legal poderá ser dada a opção de seguir viagem com o instrumento acomodado no bagageiro, inferior ou externo, do ônibus.

Art. 4º Fica proibido o embarque de passageiros fora do terminal das estações rodoviárias e ferroviárias, salvo em locais expressamente autorizados pela administração, nos quais deverão ser instalados pela empresa responsável pelo local, os equipamentos a que se refere o artigo 1º desta lei.

Art. 5º esta lei entra em vigor após decorrido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias da data de sua publicação oficial.

Sala das Comissões, em 18/11/08.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

2ª Discussão

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 126/08, de autoria do Deputado Dr. Batista, que dispõe sobre a obrigatoriedade de comunicação à Secretaria de Estado da Saúde, de óbitos de mulheres durante a gravidez, ou a ela relacionados, e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. COM EMENDA DA CCJ.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda.
Aprovado, artigo por artigo.

Em votação a emenda. **Aprovada.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 370/08, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que classifica a visão monocular como deficiência visual. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP.

Em discussão. Em votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

Para encaminhar, Sra. Presidente.

(Assentimento)

Sra. Presidente, Srs. Deputados. Em primeiro lugar, cumprimento a Assembléia Legislativa, que, no dia de ontem, votou em 1ª discussão, na constitucionalidade, o presente projeto que ora vota-se em 2ª discussão.

A questão da constitucionalidade, Sr. Presidente, até porque pode haver interpretações diferenciadas na hora da sua sanção, está configurado no artigo 24 da Constituição Federal, que compete à união, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre previdência social, proteção da saúde e sobre a proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência.

Este projeto foi apresentado por solicitação da Associação Brasileira de Deficientes com Visão Monocular. Acho ele muito importante na sua votação e sua divulgação, para que possamos, no estado do Paraná, reconhecer a deficiência monocular na mesma forma das demais deficiências. Notem os senhores que a visão monocular dificulta as noções de profundidade e distância, causando limitações físicas, psicológicas, psicossociais, educacionais, além de discriminação social aos usuários de próteses oculares.

Mas, além disso, ao se tratar das vedações do mercado de trabalho público e privado, tais cidadãos são proibidos de exercer inúmeras carreiras profissionais: na Marinha, no Exército, na Aeronáutica, na Polícia Rodoviária Federal, na Polícia Rodoviária Estadual, na Polícia Ferroviária, Militar, Civil, Judiciária, Câmara Federal, Segurança Judiciária, de Tribunais e particulares, Guarda Municipal, Corpo de Bombeiros, oftalmologistas, e assim por diante.

O que quero dizer com isso, é que existem limitações para contratações no trabalho de pessoas que tenham deficiência monocular. E isso não é levantado. Essas pessoas têm dificuldade do exercício de uma atividade, são impedidas, mas não constam no rol das deficiências interpretadas pela legislação.

Portanto, não têm cobertura de legislação nenhuma e é por essa razão, e em razão também do Supremo Tribunal Federal já ter julgado o mandado de segurança que assegura o direito a reserva de cargos públicos aos cidadãos com visão monocular, e que os demais Tribunais têm também a mesma participação, que esse projeto se torne importante.

Utilizando esse horário da Assembléia Legislativa e aproveitando a TV SINAL para que as pessoas que tenham visão monocular, isto é, que enxergam com um olho só, saibam que a partir da promulgação dessa lei, da sanção e da promulgação dessa lei, elas estarão incluídas no rol das pessoas que têm deficiência.

Portanto, Deputado Belinati, qual a vantagem? É que elas poderão fazer parte das cotas destinadas às pessoas com deficiência no preenchimento de cargos, tanto na iniciativa privada quanto no Poder Público.

Acho que vem tarde uma lei que projeta pessoas que têm tantas e tantas vedações profissionais e que, no entanto, não são reconhecidas como deficientes e não podem com isso fazer parte das prerrogativas de lei que dão cobertura para as pessoas deficientes nas cotas destinadas a elas num trabalho.

Antecipadamente quero agradecer o voto dos Srs. Parlamentares, esperar que possamos ter tranqüilamente, uma sanção do Governo do Estado, uma publicação, e que tenhamos já a partir do ano que vem esta possibilidade da pessoa que tem a visão de um olho só poder também fazer parte das cotas destinadas às pessoas deficientes.

Obrigado, Sra. Presidente, obrigado, Srs. Parlamentares.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Encerrada a discussão. Em votação o projeto. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 409/08, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que institui no calendário oficial do estado do Paraná, o dia 15 de novembro como o Dia da Umbanda e do Umbandista. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda.
Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB) (**Pela Ordem**)
Solicito apenas que registre a minha abstenção, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)
Devidamente registrada a sua abstenção.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (**Pela Ordem**)
Sra. Presidente, solicito que também registre a minha abstenção.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)
Devidamente registrada a sua abstenção, bem como a do Deputado Edson Strapasson e Deputado Chico Noroeste.

Em votação a emenda. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovada.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 461/08, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que declara de utilidade pública o Centro Social Antenor Prestes Vieira, com sede e foro nesta capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.

Em votação o projeto. **Aprovado, artigo por artigo.**
Em votação a emenda. **Aprovada.**

1ª Discussão

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 180/08, de autoria do Deputado Elio Rusch, que dispõe sobre a comunicação de vencimento da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) pelo DETRAN/PR. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CSP. COM EMENDA DA CCJ.

Em discussão. Em votação.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sra. Presidente Deputada Cida Borghetti, quero encaminhar pela inconstitucionalidade do presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Elio Rusch, e o faço com o maior respeito por conta da importância que temos em relação a este tema, reconhecendo que atualmente, no estado do Paraná, o DETRAN, através de uma medida administrativa, comunica os motoristas, os condutores de veículos, do prazo do vencimento na sua Carteira Nacional de Habilitação.

E digo isso porque o nobre Deputado Elio Rusch entende que haverá de se ter, por força de lei, a notificação.

Ocorre, Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, que o presente projeto padece de um vício de constitucionalidade, com fundamento justamente no próprio ordenamento jurídico do nosso país, na medida que compete privativamente à união legislar sobre trânsito, de acordo com o que dispõe o artigo 22 da Constituição Federal deste país.

E os Poderes Legislativos dos estados e municípios não podem legislar sobre essa matéria, que é justamente a que trata dos critérios para poder adquirir, manter e renovar a Carteira Nacional de Habilitação. Como sabemos, tem uma regra única para todo o país, por isso ela é válida aqui no Paraná, na Amazônia. Aqui no Paraná se pode fazer uma carteira de motorista que vai ser válida internacionalmente. Digo isso por quê? Porque há uma regra rígida em relação a essa legislação.

Eu busquei um entendimento com o nobre Parlamentar, Deputado Elio Rusch, no sentido de manter a integralidade do projeto, mas que não possamos manter um novo. Primeiro: legislar sobre matéria que não é competência nossa; segundo: não é possível que nós possamos, através de uma lei estadual, abrir um precedente que na minha avaliação, é extremamente temerário, porque identificamos uma situação que por lei é obrigatório que o Departamento de Trânsito comunique, até 30 dias antes, que o condutor terá expirada a data da sua autorização para poder dirigir veículos automotores. Ora, o risco está justamente em criarmos um novo prazo para que a renovação possa ser válida. Imaginemos alguém que não tenha recebido, por alguma razão que não seja dele, a comunicação. Vejam a gravidade do tema, porque estaríamos partindo daí para um outro tema complexo, que trata da responsabilidade objetiva do estado.

Então, Sra. Presidenta, por mais que eu tenha um respeito muito grande pelo Deputado Elio Rusch, o tema é complexo, ele envolve o direito subjetivo e objetivo das pessoas, ele envolve, na realidade, riscos na medida que as pessoas possam alegar que não receberam a comunicação do DETRAN, que já o faz de forma administrativa. A pessoa quando pega a carteira de motorista, qualquer um das senhoras e senhores que estão aqui, pode pegar a carteira de motorista, em vermelho, especificada qual é a data da validade daquele documento que tem um prazo de três, cinco anos, enfim, dependendo, claro, das condições pessoais de cada um.

Nós encaminhamos pela inconstitucionalidade do projeto, deixando naturalmente a critério de cada um dos Parlamentares a decisão de como vota, mas encaminhamos pela inconstitucionalidade do presente projeto.

Obrigado.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (**Para Encaminhar**)

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Primeiro, quero agradecer ao Deputado Romanelli, Líder do Governo, a forma gentil como V. Exa. encaminhou o projeto, com todo o direito que lhe assiste encaminhou contrário, pela inconstitucionalidade, mas liberou a sua bancada para que cada um possa votar de acordo com a sua conveniência.

Quero dizer que o projeto não é inconstitucional, de forma alguma, porque o projeto não está legislando sobre trânsito. Discutimos isso na semana passada

quando, pela primeira vez, esse projeto foi discutido. Nós retiramos da pauta porque houve um mal-entendido por parte do Deputado Nereu Moura. O Deputado Nereu achou que o projeto já tinha sido votado, já teria lei no estado do Paraná obrigando o DETRAN a comunicar aos portadores de Carteira Nacional de Habilitação do seu vencimento e, na verdade, não existe lei. Como não existe lei, mantivemos e foi a nossa posição quando retiramos o projeto da Ordem do Dia daquela Sessão, e falamos naquela ocasião que caso não existisse a lei nós voltaríamos com este projeto ao Plenário.

Quero deixar todos os Srs. Parlamentares tranqüilos, porque esse projeto não está legislando sobre matéria de trânsito. Sabemos que quem legisla sobre trânsito e transporte é a união, não é o estado e nem as Assembléias Legislativas. O que estamos fazendo através desse projeto, o DETRAN comunica o portador da Carteira Nacional de Habilitação, e caso ele não venha a renová-la, que ele possa questionar por não ter sido comunicado, caso ele não tenha renovado a carteira, que o estado seja responsabilizado.

Todos nós recebemos nas nossas casas o vencimento do IPVA, recebemos na nossa casa se o IPVA vai vencer, recebe aquele boleto para pagar no banco. Se não pagarmos vamos pagar multa e o Governo do Estado comunicou. E agora estamos recebendo também o vencimento do licenciamento, o comunicado do vencimento do licenciamento. Agora, se não fizermos dentro do prazo, vamos pagar multa. O DETRAN comunicou. Todos nós temos a Carteira Nacional de Habilitação. Lógico que na carteira consta em vermelho a data do vencimento, mas por descuido da grande maioria de nós brasileiros, como a Carteira de Habilitação, a taxa de sanidade, taxa de exame de vista, tem validade de cinco anos, é lógico que nós muitas vezes andamos com a Carteira Nacional de Habilitação vencida, com exame vencido há 30 dias, 60 dias, ou só tomamos conhecimento quando muitos motoristas são parados pela Polícia de Trânsito, urbano, rodoviária, e se toca que a carteira está vencida. Por que o DETRAN não pode comunicar? Ora, estamos na era XXI, informatizado, com a maior facilidade, o Governo do Estado tem tudo armazenado. Mala direta para todos os portadores da Carteira Nacional de Habilitação.

Já tínhamos entendimento, na semana passada, que a maioria dos Parlamentares iriam votar favorável a esse projeto, mas diante desta informação levantada pelo Deputado Nereu Moura, quando disse que tinha a lei, não existe! O DETRAN, hoje, está comunicando sim, mas é uma questão meramente administrativa. O DETRAN do Paraná funciona bem? Funciona bem sim, mas vamos supor, amanhã ou depois, muda o Diretor do DETRAN e ele resolve não comunicar mais. Se fizermos uma lei fazendo com que o DETRAN seja obrigado a comunicar o possuidor da carteira, aí sim é lei. Seja João, Pedro ou Paulo, independente de quem seja o Governador, aí sim será obrigado a comunicar o vencimento.

Quero deixar bem clara essa posição, esse parecer que o DETRAN deu aqui arguindo o artigo 22 da Constituição. Mas a Constituição diz que compete à Constituição legislar sobre trânsito e transporte. E cabe ao DETRAN a parte administrativa. Não estamos legislando sobre trânsito, não estamos legislando sobre a validade da carteira, o perdão de multas, a aplicação ou não aplicação de multas. Estamos legislando para oficializar, tornar lei aquilo que o DETRAN está fazendo hoje. Vai aumentar a despesa? Mas o DETRAN já está fazendo hoje, já está comunicando. Não vejo inconstitucionalidade nenhuma.

Espero a compreensão dos Srs. Deputados e o voto favorável ao nosso projeto. Agradeço ao Líder Romanelli por ter liberado a sua bancada. Tenho certeza que os Srs. Parlamentares haverão de entender e vamos votar a favor do nosso projeto.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Em votação o projeto. **Aprovado.**

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 311/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 021/08, que dispõe sobre aprovação de abertura de crédito especial no valor de R\$ 44.130.691,00 (quarenta e quatro milhões, cento e trinta mil, seiscentos e noventa e um reais), ao vigente orçamento do Tribunal de Justiça aprovado, pela Lei Estadual nº 15750, de 27/12/07. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CO e CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 081/08, de 08/07/08, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 311/08

P A R E C E R :

O projeto de lei sob análise nesta Comissão de Constituição e Justiça originário da Mensagem Governamental nº 021/08, que visa aprovar abertura de crédito especial no valor de R\$ 44.130.691,00 ao vigente orçamento do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná aprovado pela Lei nº 15750/07.

Justifica a alteração orçamentária proposta a necessidade início das obras de construção do Centro Judiciário de Curitiba, ainda este ano.

Consta ainda nos autos da presente proposta legislativa que os recursos para cobertura do crédito especial em exame, são provenientes de superávit financeiro do exercício de 2007 e de excesso de arrecadação, conforme detalhado nos anexos V e VI do projeto.

O projeto esta em consonância com o texto da Magna Carta Federal que rege a matéria orçamentária e que é de repetição obrigatória nas constituições estaduais conforme abaixo transcrevem-se os dispositivos da Constituição Estadual:

Art. 133. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

(...)

II - as diretrizes orçamentárias anuais;

III - os orçamentos anuais.

(...)

§ 3º A Lei de Diretrizes Orçamentárias, de caráter anual, compreenderá:

(...)

VI - os ajustamentos do plano plurianual decorrentes de uma reavaliação da realidade econômica e social do estado.

Art. 134. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Assembleia Legislativa.

Verifica-se também, a legitimidade da presente proposição legislativa, porquanto incumbe ao Poder Executivo à iniciativa acerca de projetos de lei que disponham sobre a matéria ora tratada.

Presentes portanto os pressupostos constitucionais, legais e regimentais sobre a elaboração legislativa orçamentária, esta Comissão de Constituição e Justiça manifesta parecer favorável ao presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 18/11/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

VALDIR ROSSONI - Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PROJETO DE LEI Nº 311/08

P A R E C E R :

I - Relatório

O projeto de lei acima epigrafoado foi encaminhado pelo Chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem nº 021/08, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos Pares desta Casa, e tem como proposta autorizar a abertura de crédito especial no valor de R\$ 44.130.691,00 (quarenta e quatro milhões, cento e trinta mil, seiscentos e noventa e um reais), com a criação da receita e despesas por Fontes Próprias na dotação orçamentária 0561.02061291.300 - Fundo Judiciário.

Os recursos de que trata este crédito especial visa atender despesas de conclusão de projetos e iniciar obra da construção do Centro Judiciário de Curitiba.

Os recursos para cobertura da referida programação são provenientes de superávit financeiro do exercício de 2007, no valor de R\$ 40.033.291,00 (quarenta milhões, trinta e três mil e duzentos e noventa e um reais) e excesso de arrecadação no valor de R\$ 4.097.400,00 (quatro milhões, noventa e sete mil e quatrocentos reais).

A autonomia do Poder e a sua função fiscalizadora devem ser sempre mantidas, para que o papel das instituições tenha legitimidade na consolidação do processo democrático. Assim a definição de limites e/ou critérios aprovados pelos instrumentos legais é a garantia de que este legislativo exerce com plenitude o seu papel constitucional.

II - Da Fundamentação do Parecer

A proposta ora em análise tramitou pela Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças, sendo que seus Relatores exararam pareceres favoráveis pela constitucionalidade e legalidade, sendo aprovado por unanimidades nas duas Comissões.

A autorização legislativa para a abertura de crédito adicional especial ora proposta encontra-se embasada no inciso V, do artigo nº 135 da Constituição Estadual que diz:

Art. 135. São vedados:

V - A abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.

Assim como o artigo 43 da Lei nº 4320/64 determina que para esses casos haja existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. Condições estas devidamente comprovadas no processo em comento, notadamente nos anexos I, II, III, IV, V, VI e VII.

III - Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar no projeto de lei em epígrafe, conforme preceitua o parágrafo 4º, artigo 33 do Regimento Interno, nosso parecer é favorável, uma vez comprovados os requisitos constitucionais e legais, à abertura do crédito solicitado.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24/11/08.

(aa) BETI PAVIN - Presidente

NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 021/08

P A R E C E R :

O projeto de lei em análise, de autoria do Poder Executivo, tem como objeto a abertura de crédito especial, com fins de suplementar o vigente orçamento do Tribunal de Justiça do Paraná contemplado na Lei nº 15750/07.

Distribuído a esta Comissão para que, regimentalmente, manifeste sua análise sobre o mérito da proposição especificamente no tocante ao impacto financeiro à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal, esta relatoria conclui que não há óbice algum à prosperidade do mesmo em face da lei supracitada, visto que não implica em dispêndio ao erário estadual, sendo que os recursos são provenientes do superávit financeiro do exercício de 2007 e de excesso de arrecadação do mesmo ano, conforme demonstra a tabela anexa à mensagem.

Em assim sendo, respeitadas todas as disposições concernentes à Lei Complementar nº 100/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal, opinamos pela aprovação do projeto e tela, exarando assim parecer favorável.

Sala das Comissões, em 19/11/08.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

ELIO RUSCH - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 312/08, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 474/08, que altera dispositivo da Lei nº 14277, de 30/12/03 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná e adota outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 312/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Altera o *caput* do artigo 85 e os incisos I e II do artigo 165 da Lei nº 14277, de 30/12/03, que passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 85 - A ajuda de custo prevista no inciso I do artigo 82, em importância de até uma (01) remuneração mensal do cargo que exercia, será devida apenas uma vez a cada período de dois anos e desde que o magistrado tenha que transferir residência para outra comarca em decorrência de promoção ou remoção.”

“Art. 165 ...

I - O Conselho da Magistratura poderá aplicar quaisquer das penalidades previstas nos artigos 163 e 164.

II - o Corregedor Geral da Justiça e os Juízes poderão aplicar as penas de advertência, censura, devolução de custas em dobro e suspensão até (30) trinta dias.”

Art. 2º Fica incluído no Anexo III, Tabela 2 e no Anexo IV da lei referida no artigo 1º, o Serviço Distrital de Salles de Oliveira, da comarca de Campina da Lagoa.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 14/07/08.

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

JUSTIFICATIVA:

O presente anteprojeto de lei tem por objetivo a alteração da Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná - CODJ), no âmbito de artigos e anexos, visando a correção de erro material.

Tal decisão prende-se ao fato de que o código supracitado, em seu artigo 85, faz referência ao inciso I do artigo 81, quando o correto seria, inciso I do artigo 82. No artigo 165, incisos I e II, que trata da aplicação de penalidades pelo Conselho da Magistratura, equivocadamente se faz referência ao artigo anterior quando deveria ser os artigos 163 e 164. O inciso II do artigo 165, igualmente, sofre alteração.

Finalmente, inclui no Anexo III, Tabela 2 e Anexo IV do mesmo CODJ, o Serviço Distrital de Salles de Oliveira, da Comarca de Campina da Lagoa o qual, por lapso, foi omitido no atual CODJ, e por decisão do e. Órgão Especial, em 21/06/04, por unanimidade de votos, foi aprovado o envio de anteprojeto para correção.

Registre-se que em reunião da douta Comissão de Organização e Divisão Judiciárias, do Tribunal de Justiça do Estado, realizada em 12/05/08, por unanimidade de seus membros, deliberou-se por referendar o pedido. Por fim, de igual modo, por unanimidade de votos, foi aprovado pelo egrégio Órgão Especial deste Tribunal, em Sessão Ordinária realizada no dia 27/06/08.

Ressalte-se que tais alterações, correções de erros materiais na Lei Estadual nº 14277/03 (CODJ), não implicarão em qualquer aumento de despesas, motivo pelo qual deixamos de anexar a declaração de adequação orçamentária.

Assim sendo, revela-se necessária e oportuna tal alteração, visando unicamente à correção de erros materiais, de forma que se espera que o presente anteprojeto de lei seja recepcionado com tramitação normal nessa Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 312/08

P A R E C E R :**Preâmbulo**

O Projeto de nº 312/08, de autoria do Tribunal de Justiça, busca efetivar alteração no Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, adotando ainda outras providências. Cumpre dizer desde logo que, pela leitura da justificativa da proposta, o que se pretende é a correção de erros materiais.

Assim, busca-se alterar o *caput* do artigo 85 (ajuda de custo) para que se indique neste o artigo 82 e não 81, como na redação atual. Outro ponto a ser modificado é o inciso I do artigo 165, para que o poder de punir do Conselho de Magistratura abarque também as punições do artigo 163. No inciso II do mesmo artigo 165 também é implementada mudança, para que os Juízes tenham a possibilidade de aplicar punições, e não apenas o Corregedor Geral de Justiça. Por fim, inclui o Serviço Distrital de Salles de Oliveira, da comarca de Campina da lagoa ao Anexo III, Tabela 2 e Anexo IV do CODJ.

Da Legitimidade

A questão da legitimidade desse projeto encontra respaldo na Constituição do Estado do Paraná, no artigo 101:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembléia Legislativa, observado o disposto no artigo 169 da Constituição Federal:

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízes que lhe forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos Juízes, observado o que dispõe os artigos 39, parágrafo 4º, 150, II, 153, III e 153, parágrafo 2º, I da Constituição Federal;

c) a criação, extinção de alteração do número de membros dos tribunais inferiores;

d) a alteração da organização e da divisão judiciárias; (destaques nossos)

De plano, vê-se que a proposta é constitucional, visto pelo aspecto da legitimidade para iniciar o processo legislativo.

Apenas para que conste, também é de se dizer que não haverá aumento nas despesas no presente caso, afirmação feita inclusive na justificativa da proposta.

Conclusão

Respalgadas as disposições constitucionais e legais referentes ao tema, somos pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 18/11/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 312/08

P A R E C E R :

O presente projeto é de autoria do Tribunal de Justiça, que agiu dentro de sua competência.

É importante destacar que a douta Comissão de Constituição e Justiça desta Casa já analisou a matéria e foi por ela considerada constitucional. Essa deliberação respalda esta Comissão de Finanças que, no que lhe compete apreciar, não havendo indícios de impacto financeiro aos cofres públicos de nosso estado. O Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Vidal Coelho, está de parabéns pela postura firme e ética como vem administrando essa Corte. A elaboração deste projeto é mais uma inequívoca demonstração da competência e amor do nobre Presidente, que acrescenta, no dia-a-dia, pontos altamente positivos em sua passagem como respeitado Presidente do TJ.

Nosso parecer é pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 19/11/08.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
ANTONIO BELINATI - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 322/08, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 537/08, que altera a Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, dando nova redação ao parágrafo 2º do artigo 86. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 322/08 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O parágrafo 2º do artigo 86 da Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03 - Código de Organização e Divisão Judiciárias, passa a ter a seguinte redação:

Art. 86 ...

§ 1º ...

“§ 2º Ao Juiz Substituto que, autorizado pelo Presidente do Tribunal de Justiça, deslocar-se da seção judiciária para atender outra comarca, serão pagas diárias até

o limite de dez (10) por mês. Em seus deslocamentos no âmbito da seção judiciária, ao Juiz Substituto serão atribuídas diárias em casos excepcionais mediante decisão do Presidente do Tribunal de Justiça.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23/07/08.

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente anteprojeto de lei alterar o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná (Lei Estadual nº 14277 de 30/12/03), dando nova redação ao seu parágrafo 2º do artigo 86.

Ressalte-se que a atual redação do parágrafo 2º do artigo 86 do Código de Organização e Divisão Judiciárias vem ensejando a concessão de diárias ao Juiz Substituto, pelos deslocamentos da sede da seção judiciária para atender outra comarca, o que contraria a natureza do cargo que tem por atribuição a substituição de magistrados no âmbito da seção judiciária.

O deslocamento do Juiz Substituto, entre as comarcas que integram a seção judiciária, na qual está em exercício, constitui exigência permanente do cargo e, por consequência, não justifica o pagamento de diária, salvo em casos excepcionais mediante decisão do Presidente do Tribunal de Justiça.

A diária é sempre devida quando o Juiz Substituto for designado para atender comarca situada fora da seção judiciária em que exerce suas funções.

Ainda, é de se destacar que o anteprojeto de lei, em proposição, foi aprovado em Sessão Ordinária do egrégio Órgão Especial deste Tribunal de Justiça realizada no dia 13/06/08.

Assim sendo, revela-se oportuna e necessária a modificação de tal parágrafo do artigo de lei (parágrafo 2º do artigo 86), como política deste Tribunal, voltada para os princípios constitucionais elencados no artigo 37 da CF/88.

Por fim, registre-se que não haverá gastos adicionais resultantes do estipulado neste anteprojeto de lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 322/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Justiça, tem o objetivo alterar o artigo 86 do Código de Organização e Divisão Judiciárias, atribuindo diárias aos Juizes Substitutos em seus deslocamentos, em casos excepcionais, mediante decisão do Presidente do Tribunal de Justiça.

Fundamentação

Quando se trata de alteração legislativa, verificamos, inicialmente, qual é a competência para legislar. No

referido caso, observamos que, de acordo com o artigo 96 da Constituição da República, o Tribunal de Justiça detém a competência privativa para propor ao Poder Legislativo a alteração e organização judiciárias:

Art. 96. Compete privativamente:

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no artigo 169:

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhe forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos Juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver;

Cabe também ressaltar que, de acordo com a sua justificativa, o projeto em questão não ocasionará qualquer ônus ao estado, não ficando sujeito aos requisitos dos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 101/00, que estabelece normas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

Ainda, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em análise não encontra nenhum óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Diante do acima exposto, tendo em vista a legalidade e constitucionalidade apresentadas pelo presente projeto de lei, somos de parecer pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 11/11/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 322/08

P A R E C E R :

O presente projeto tem por objetivo alterar o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, para em essência, possibilitar o pagamento de 10 diárias por mês, para Juízes Substitutos que se deslocam na seção judiciária em que atuam para atendimento em outras comarcas. Em verdade, o que se busca é regularizar a situação e o pagamento de diárias para Juízes Substitutos que venham a atuar em outras comarcas, não abrangidas pela seção judiciária em que atue originalmente.

Pois bem, em seu trâmite regimental, este projeto foi aprovado na CCJ e foi encaminhado a esta Comissão, para que se analise o aspecto financeiro da mesma.

A questão principal está em se discutir o efetivo aumento da despesa para o estado do Paraná. Para tal análise, deve-se transcrever trecho da Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu artigo 16, que aduz:

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

A partir da leitura da justificativa do projeto, infere-se que não haverá gastos adicionais com a aprovação do presente projeto, até porque o critério para concessão das diárias passará, necessariamente, pelo crivo do Presidente do Tribunal de Justiça, que poderá assim julgar pela conveniência e razoabilidade financeira da decisão.

Sala das Comissões, em 19/11/08.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 419/08, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que declara de utilidade pública a Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Sudoeste do Paraná - CACISPAR, com sede e foro no município de Francisco Beltrão. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 124/08, de 21/10/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 419/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, declara de utilidade pública a Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Sudoeste do Paraná - CACISPAR, com sede e foro no município de Francisco Beltrão.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 18/11/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 430/08, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 902/08, que regulamenta a concessão da gratificação de risco de vida no âmbito do Poder Judiciário. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 430/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Pelo desempenho de atividade de natureza especial com risco de vida será concedida a gratificação prevista no inciso V, do artigo 172, da Lei Estadual nº 6174/70 aos servidores ocupantes dos seguintes cargos:

I - do Foro Judicial.

a) Escrivão da Vara Criminal, da Infância e Juventude, de Execuções Penais, da Corregedoria dos Presídios, de Inquéritos Policiais, de Execução e Penas Alternativas, de Delitos de Trânsito, de Adolescentes Infratores, de Precatórios Criminais e do Tribunal do Júri;

b) Oficial de Justiça, Auxiliar de Cartório e Auxiliar Administrativo;

c) Porteiro de Auditório da capital e Comissário de Vigilância de Menores;

d) Assistente Social e Psicólogo.

II - do Sistema dos Juizados Especiais:

a) Secretário dos Juizados Especiais;

b) Oficial de Justiça;

c) Auxiliar de Cartório;

d) Auxiliar Administrativo.

§ 1º A atividade de natureza especial de que trata o *caput* decorre das funções exercidas junto às Varas ou Secretarias de Juizados, com atribuições nas áreas criminal, penal, corregedoria dos presídios, adolescentes infratores e delitos de trânsito.

§ 2º A gratificação de risco de vida concedida em virtude das atividades de natureza especial constante do parágrafo anterior comporá a base contributiva previdenciária para fins de aposentadoria e pensão.

Art. 2º A gratificação de Risco de Vida será ainda concedida, em caráter excepcional, aos servidores que atuem em primeiro grau de jurisdição, nos seguintes casos:

I - em razão da prestação de serviços externos para o cumprimento de mandados ou de ordens judiciais, independentemente do cargo ocupado ou da área de competência das Secretarias dos Juizados Especiais ou das Varas previstas no § 1º do artigo 1º.

II - aos integrantes do Quadro da Secretaria do Tribunal de Justiça que estejam em uma das situações previstas no parágrafo 1º do artigo 1º.

III - em razão do local de risco, a ser definido em Decreto Judiciário.

Parágrafo Único. Quando não mais subsistirem as situações elencadas nos incisos I, II e III, a gratificação prevista no *caput* será automaticamente revogada.

Art. 3º O valor da gratificação de que trata esta lei equivale ao percentual de 33,33% (trinta e três vírgula trinta e três por cento), calculado sobre o vencimento do servidor.

Parágrafo Único. É vedada a percepção desta vantagem pecuniária juntamente com outra da mesma natureza.

Art. 4º Cabe ao Presidente do Tribunal de Justiça, por meio de Decreto Judiciário, regulamentar as hipóteses do artigo 2º da presente lei, definindo os locais e os critérios necessário à concessão da gratificação, podendo restringir o pagamento quando o local ou a situação que a ensejou não mais se apresentar como de risco.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta da dotação orçamentária do Poder Judiciário.

Art. 6º Fica alterado o parágrafo 2º, do artigo 63, da Lei Estadual nº 14277/03, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2º O cargo de Secretário é privativo de bacharel em Direito.”

Art. 7º Ficam revogados o parágrafo único do artigo 12, da Lei Estadual nº 7547/81 e o artigo 10, da Lei Estadual nº 7784/83.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 22/10/08.

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

JUSTIFICATIVA:

Este projeto visa regulamentar a concessão da gratificação de risco de vida, prevista no artigo 172, V, do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado do Paraná, aos servidores do Poder Judiciário que prestam serviços em 1º grau de jurisdição.

No âmbito deste Poder, a Lei Estadual nº 7547/81 prevê a concessão a determinados cargos do Foro Judicial, consoante parágrafo único do artigo 12, que assim dispõe:

Parágrafo Único. Os ocupantes dos cargos de Escrivão do Crime, Escrivão de Menores, Escrivão da Vara de Direitos de Trânsito, Escrivão da Vara de Execuções Penais e Corregedoria de Presídios, Oficial de Justiça, Porteiro de Auditórios da Capital, Auxiliar de Cartório Criminal e Comissário de Vigilância de Menores farão jus à gratificação de 33,33% (trinta e três vírgula trinta e três por cento), calculada sobre o valor do nível do cargo, em face da natureza especial de suas funções no que tange ao risco de vida.

Outrossim, a Lei Estadual nº 7784/83, em seu artigo 10, estabelece que a referida gratificação integrará os proventos de aposentadoria dos titulares dos cargos supramencionados.

Por sua vez, o Código de Organização e Divisão Judiciárias - Lei Estadual nº 14277/03, prevê a gratificação de risco de vida aos Secretários dos Juizados (artigo 63, parágrafo 2º). No entanto, não estabelece o valor desta, tampouco dispõe se referida vantagem integrará os proventos de aposentadoria.

Veja-se, ainda, que a Lei Estadual nº 7547/81 foi elaborada há mais de 20 (vinte) anos, quando a estrutura dos cargos em primeiro grau de jurisdição era outra. No decorrer desse período, muitas mudanças ocorreram nos Quadros de Servidores do Poder Judiciário sem que tal situação fosse revista.

Dessa forma, o presente projeto unifica a legislação e adapta a concessão da gratificação de Risco de Vida à nova realidade, sem perder de vista a sua finalidade, qual seja, a de recompensar os servidores que se encontram em situações que ofereçam risco de vida, sejam elas decorrentes das funções ou do exercício destas em locais de risco.

Além disso, uniformiza o tratamento dispensado aos servidores que prestam serviços em 1º grau de jurisdição.

Nessa esteira, o projeto, em seu artigo 1º, reúne os cargos já beneficiados pelas Leis Estaduais nºs 7547/81 e 14277/03, adotando a nova nomenclatura disposta no Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado. Outrossim, inclui os Auxiliares de Cartório, Auxiliares Administrativos e Oficiais de Justiça do Juizado Especial, e os Auxiliares Administrativo, Assistentes Sociais e Psicólogos do Foro Judicial. Esclarece, ainda, que a gratificação para esses servidores é concedida em razão das atividades de natureza especial decorrentes das funções exercidas junto às Varas ou Secretarias de Juizados, com atribuições nas áreas criminais, penal, correção dos presídios, adolescentes infratores e delitos de trânsito.

Em face dessa característica, o projeto mantém a incorporação da referida gratificação aos proventos de aposentadoria, prevista anteriormente no artigo 10 da Lei Estadual nº 7784/83, conferindo esse benefício também as Secretários, Auxiliares de Cartório, Auxiliares Administrativos e Oficiais de Justiça do Juizado Especial, e aos Auxiliares Administrativos, Assistentes Sociais e Psicólogos do Foro Judicial.

O artigo 2º, por sua vez, trata das situações excepcionais de concessão da gratificação de risco de vida.

A primeira é relativa aos servidores que, independentemente do cargo ou da área da Secretaria do Juizado ou da Vara, prestam serviços externos no cumprimento de mandados ou ordem judiciais. Veja-se que aqui o objetivo é contemplar servidores que não atuam nas áreas supramencionadas, mas prestam serviços externos onde há perigo à integridade física. Como exemplo cite-se a situação das Assistentes Sociais e Motoristas do Quadro de Pessoal da Secretaria lotados nas Varas de Família, que, entre outras atribuições, procedem a diligência, bem como o acompanhamento do cumprimento de decisão judicial visando à busca e apreensão de menor, em locais de risco.

A segunda diz respeito aos servidores do Quadro da Secretaria do Tribunal de Justiça que prestam serviços no Foro Judicial e que se enquadram em qualquer das situações previstas no parágrafo único do artigo 1º. É oportuno esclarecer que esta situação excepcional deve ser superada, de forma gradativa, com a nomeação dos novos cargos previstos para o Foro Judicial.

A terceira diz respeito ao local de exercício. Certo que os Fóruns onde funcionam Varas ou Secretarias de Juizados, com competência em matéria nas áreas criminal, penal, correção dos presídios, adolescentes infratores e delitos de trânsito penal, são locais potencialmente de risco. Dessa maneira, esta exceção visa abranger aquele servidor que não se enquadra em nenhuma das hipóteses acima, mas que presta serviços no mesmo prédio em que funcionem Varas ou Juizados com as competências acima. Oportuno frisar que esta hipótese deverá ser regulamentada por Decreto, onde a Administração definirá os locais com risco de vida.

A gratificação será revogada quando a situação excepcional que deu origem à situação de risco deixar de existir, consoante o disposto no parágrafo único do mencionado artigo.

Por outro lado, o projeto, em seu artigo 3º, fixa o valor da gratificação no percentual de 33,33% (trinta e três vírgula trinta e três por cento) sobre o vencimento básico do servidor.

Além disso, veda a percepção da referida gratificação quando percebida simultaneamente com outra de mesma natureza.

Outrossim, atribui ao Presidente do Tribunal a competência de regulamentar a concessão da gratificação nas hipóteses do artigo 2º, bem como de restringir o pagamento quando o local não apresentar situações de risco de vida. A esse respeito, Hely Lopes Meirelles assevera: *o risco só existe, para efeito de gratificação, onde a Administração o admitir, e cessará quando ela o considerar inexistente. Por esse motivo, a gratificação por risco de vida ou saúde pode ser suprimida, ampliada ou restringida a todo tempo, sem ofensa a direito dos que a estavam percebendo*¹.

Fica evidenciado, portanto, que o Presidente do Tribunal caberá definir os locais e os critérios necessários à concessão e revogação da gratificação.

Por fim, considerando que a matéria relativa a gratificação de Risco de Vida está toda regulamentada por este projeto, a alteração do parágrafo 2º do artigo 63 da Lei Estadual nº 14277/03 e a revogação do parágrafo único do artigo 12, da Lei Estadual nº 7547/81 e do artigo 10, da Lei Estadual nº 7784/83, são medidas que se impõem.

Ressalte-se que a alteração do parágrafo 2, do artigo 63, da Lei Estadual nº 14277/03, restringe-se à supressão da expressão “sendo-lhe assegurado o direito à percepção de gratificação de risco de vida”. Desta forma o referido dispositivo passa a vigorar com a seguinte redação: “parágrafo 2º O cargo de Secretário é privativo de bacharel em Direito”.

É a exposição.

1. Meirelles, Hely Lopes - Direito Administrativo Brasileiro (26ª edição, pág. 412/413, Malheiros Editores, São Paulo, 2001)

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que concede gratificação pelo desempenho de atividades com risco de vida, na forma que especifica, apresentam adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário, para o exercício de 2008, aprovado pela Lei Estadual nº 15750, de 27 de dezembro de 2007, e compatibilidade com o Plano Plurianual - PPA 2008/2011, aprovado pela Lei Estadual nº 15757, de 27 de dezembro de 2007.

Curitiba, 20/10/08.

(a) J. VIDAL COELHO
Presidente

Informação nº 66/08

Protocolo nº 154.581/08

Senhor Chefe:

Trata o presente de atualização da informação de fls. 09 para a minuta do projeto de lei para atribuição de 33,33% (trinta e três vírgula trinta e três por cento) de

	2008	%	2009	%	2010	%
DCL	13.630.605.000		14.900.076.000		16.287.778.000	
DLP	559.832.932	4,11	633.021.839	4,25	691.820.074	4,64
DLP 2	562.784.778	4,13	642.999.079	4,32	702.196.403	4,71

Observações: Para a Receita Corrente Líquida - RCL foi considerado o reajuste de 9,31% conforme média de anos anteriores, a DLP Despesa Líquida de Pessoal foi calculada com base na soma da despesa atual e os processos que foram informados e a DLP 2 é a soma da despesa DLP mais o custo do presente expediente.

Os limites de despesa com pessoal de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, estão assim definidos:

1) prudencial, parágrafo único do artigo 22, é de 5,70%;

2) máximo (Tribunal de Justiça), parágrafo 1º do artigo 20, é de 6,00%.

Sob os enfoques das leis de orçamento, a presente situação consiste na seguinte análise:

II - IMPACTO ORÇAMENTÁRIO - LOA

Verificando o contido na Lei Orçamentária nº 15750/07 para o exercício de 2008, fonte 100 ordinário não vinculado, constatei a existência de saldo orçamentário suficiente, no projeto/atividade - 0501.02061292.002 Atividades Judiciárias - TJ, que prevê recursos para a atribuição da aludida gratificação.

gratificação de risco de vida nos cargos das áreas: criminal, penal, corregedoria dos presídios, adolescentes infratores e delitos de trânsito, em primeiro grau de jurisdição.

Quando à análise do custo em relação aos limites orçamentários e financeiros nos termos dos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, a despesa em questão, é de caráter continuado, e caso a referida gratificação seja atribuída no mês de outubro do presente exercício, a projeção para os dois exercícios seguintes, fica assim demonstrada:

	EXERCÍCIO 2008	EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
DESPESA	2.951.846,00	9.977.239,00	10.376.329,00

Observação: Considerando a projeção de inflação de 4% para 2009 e igual percentual para 2010, conforme indicadores econômicos do período 2009 e 2010 do Bacen, Ipardes/SEPL.

I - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - LRF

O impacto do presente processo no exercício e nos dois exercícios seguintes, ficam assim demonstrados:

III - IMPACTO FINANCEIRO - LDO

A Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO nº 15.609/07, para o exercício de 2008, no artigo 6º estabelece que o limite de gasto do Poder Judiciário é de 9% da receita líquida.

IV - PLANO PLURIANUAL - PPA

A Lei nº 15757/07 que aprovou o Plurianual para o período de 2008 a 2011 estabelece que as propostas orçamentárias deste Tribunal sejam elaboradas com base no percentual de 9% da Receita Líquida, dando guarida às ampliações necessárias ao Poder Judiciário.

Assim sendo, conclui-se que a presente despesa tem adequação orçamentária e financeira com a LOA e é compatível com a LDO e com o PPA.

É a informação

Seção de Execução Orçamentária, em 08/10/08.

(a) JOSÉ RENATO MAZZAROTTO
Chefe de Seção

De acordo.

Ao Diretor do Departamento Econômico e Financeiro,
em 08/10/08.

(a) JOSÉ FERNANDES FERRARI
Chefe da Divisão de Contadoria Geral

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 430/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Justiça, visa regulamentar a concessão da gratificação por exercício de função com risco de vida.

Fundamentação

A Constituição da República, no intuito de assegurar a independência dos Poderes¹, estabeleceu garantias institucionais, para dentre as quais a de “autonomia orgânico-administrativo que compreende a sua independência na estruturação e funcionamento de seus órgãos.”²

Dentre as medidas orgânico-administrativas instituídas para dar cumprimento à independência dos Poderes, cabe privativamente aos tribunais, no âmbito do Poder Judiciário estadual, a competência privativa para iniciar o processo legislativo no que se refere aos cargos lotados no judiciário estadual, incluindo remuneração, conforme se pode observar no artigo 101, I, b da Constituição Estadual:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembléia Legislativa, observado o disposto no artigo 169 da Constituição Federal:

(...)

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhe forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, observado o que dispõem os artigos 39, parágrafo 4º, 150, II, 153, III e 153, parágrafo 2º, I da Constituição Federal;

Ora, o referido dispositivo encontra guarida legitimamente no artigo 96 da Constituição da República, que, estabeleceu limitações orgânicas ao constituinte estadual nos seguintes termos:

Art. 96. Compete privativamente:

I - Aos tribunais:

(...)

b) organizar suas secretarias e serviços auxiliares e os juízos que lhes forem vinculados, velando pelo exercício da atividade correicional respectiva.

Com base nas premissas constitucionais citadas acima, afere-se positivamente a constitucionalidade formal da presente iniciativa do Tribunal de Justiça.

Sobre o aspecto material do presente projeto de lei, é evidente a correlação entre concessão de gratificação

aos seus servidores com o exercício do poder administrativo conferido ao Poder Judiciário, que discricionariamente classificará as atividades como perigosas, conforme lição de Hely Lopes Meirelles:

Gratificação por risco de vida é vantagem, pecuniária vinculada diretamente às condições especiais de execução do serviço.

*Essa gratificação só pode ser instituída por lei, mas cabe ao Executivo especificar, por decreto, quais serviços e os servidores que irão auferí-la.*³

Embora o renomado administrativista esteja a falar dos servidores vinculados ao Poder Executivo, analogicamente o mesmo se pode afirmar quando da competência administrativa do Poder Judiciário, pelos mesmos motivos já aludidos.

Consta ainda no processo analisado a estimativa do impacto orçamentário-financeiro e a demonstração, de forma genérica, dos recursos necessários ao seu custeio, bem como a declaração do ordenador de despesas, atendendo ao disposto no artigo 16, I, II e artigo 17, parágrafo 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101.

No tocante à técnica legislativa utilizada, encontra-se em perfeita sintonia com a redação exigida pela Lei Complementar nº 095/98, lei esta que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Diante do acima exposto, em virtude da constitucionalidade do Projeto de Lei nº 430/08, esta comissão posiciona-se pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 04/11/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 430/08

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, autuado sob nº 430/08 nesta Casa de Leis, é de iniciativa do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e tem por finalidade regulamentar a gratificação denominada de Risco de Vida, já anteriormente instituída no âmbito do Poder Judiciário paranaense. A nova norma, ora proposta em diploma próprio e específico, tem por finalidade, entre outros, unificar a legislação, atualizar a norma à atual situação jurídico-administrativa do pessoal daquele poder, bem como estender a vantagem a alguns servidores que também, na prática, se encontram em situação igual aos atualmente beneficiados.

1. Constituição da República Federativa do Brasil:

Art. 2º São Poderes da união, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

2. SILVA, Jose Afonso da. Curso de Direito Constitucional. 29ª Ed. Editora Malheiros. São Paulo, 2007, pg. 589.

3. MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 33ª Ed. Editora Malheiros. São Paulo, 2007. Pg. 497.

A gratificação de risco de vida está prevista no Estatuto dos Funcionários Público Civis do Estado do Paraná, aplicável a todos os servidores civis do estado, com redação atual dada pela lei nº 10692, de 27/12/93, assim descrita:

Art. 172. Conceder-se-á gratificação:

(...)

V - pela execução de trabalho de natureza especial com risco de vida;

Trata-se, pois, de vantagem conferida por determinação legal aos servidores civis em exercício de atividades com situação de risco à própria vida do servidor, cuja concessão depende de regulamentação específica, nos termos do mesmo estatuto:

Art. 173. Observadas as disposições desta Seção, a atribuição das gratificações previstas no artigo 172 rege-se-á por regulamentação própria.

No Poder Judiciário a matéria está atualmente regulamentada no parágrafo único do artigo 12, da Lei nº 7547, de 10/12/81, que estabeleceu, na ocasião, nova estrutura ao quadro de pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. A previsão no referido dispositivo para fazer jus à gratificação é para alguns cargos, como escrivão de varas criminais, de menores, delito de trânsito, execuções penais e corregedorias de presídios, oficial de justiça, porteiros de auditórios da capital, auxiliar de cartório criminal e comissário de vigilância de menores. O valor da gratificação corresponde a um terço (33,33%) do valor do nível do cargo. A lei nº 7784, em seu artigo 10, assegurou a integração da vantagem no cálculo dos proventos por inatividade e de seus beneficiários.

Com a criação no estado dos Juizados Especiais parte das atividades do Judiciário em matéria criminal passou a ser desempenhada por pessoal desta instituição, na qual apenas os Secretários dos Juizados passaram a ter previsão legal de perceber a gratificação por ocasião da aprovação do atual Código de Organização e Divisão Judiciárias (Lei Estadual nº 14277/03, artigo 63, parágrafo segundo). Por imprecisão desta e necessidade de abranger também outros cargos, como dos Oficiais de Justiça e outros servidores que atuam em primeiro grau de jurisdição dos Juizados Especiais foi encaminhado a esta Casa de Leis pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, ainda neste ano, o Projeto de Lei nº 327/08. No entanto, o referido projeto de lei não chegou a ser votado nem nas Comissões Permanentes deste Legislativo em razão de pedido do Presidente do Poder Judiciário do Estado por ocasião do encaminhamento do projeto de lei ora em exame, o qual abarca todas as hipóteses de concessão da gratificação de risco de vida no Judiciário paranaense.

Na Comissão de Constituição e Justiça desta Casa a proposição foi aprovada quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, através de bem elaborado parecer do Relator, Deputado Nereu Moura.

É o relatório.

Voto do Relator

Na nossa ótica atribuir acessórios de remuneração a trabalhadores, e notadamente a servidores públicos, deve ser uma exceção. Uma prerrogativa, em forma de compensação financeira, a ser concedida apenas àqueles que, para desempenho de suas funções, estejam submetidos a riscos que os demais não estão submetidos, destinada a tornar iguais os desiguais, sem jamais se confundir com salário ou vencimento.

Gratificações, nos termos das lições do professor em direito administrativo Hely Lopes Meireles, são vantagens pecuniárias atribuídas precariamente aos servidores que estão prestando serviços comuns da função em condições anormais de segurança, salubridade ou onerosidade (gratificações de serviço), ou concedidas como ajuda aos servidores que apresentem os encargos pessoais que a lei especifica (gratificações pessoais).

A gratificação de risco de vida destinada a amparar, de forma compensatória, a submissão dos funcionários públicos à exposição da própria vida, em favor do exercício de suas funções, no caso, destinadas a garantir a execução de funções jurisdicionais que envolvem normalmente matéria de segurança da sociedade. É a situação excepcional do exercício das funções inerentes ao cargo público que fornece a adequação à concessão da vantagem compensatória, cujo princípio fundamental é o exercício de funções ordinárias em situação emocional.

A caracterização da situação de anormalidade decorrente da aplicação da gratificação de risco de vida, prevista no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado depende, portanto, de prévia verificação da existência de perigo para a vida para alguns servidores. Essencial à concessão é a comprovação de sujeição ao perigo iminente, capaz de por em risco a própria vida para o exercício das funções. No âmbito do Poder Executivo, a gratificação de risco de vida é conferida aos servidores da Polícia e a Secretaria de Segurança Pública pelas condições extraordinárias de risco da própria vida a que se submetem para o exercício das funções inerentes ao cargo.

Nesta hipótese, no entanto, também estão enquadrados alguns serventuários de Justiça, quando submetidos ao cumprimento de ordens contra criminosos ou cidadãos, que muitas vezes não podem prescindir do uso da força.

A proposta ora em exame, embora estender a vantagem compensatória a muitos servidores hoje não beneficiados, tanto no Juizado Especial, como no Foro Judicial, não o faz indiscriminadamente. Destina-se exclusivamente ao desempenho de funções em primeiro grau de jurisdição. E neste sentido inclui servidores de instâncias superiores que, excepcionalmente, estejam em exercício em 1ª Instância de Jurisdição, por aplicação do princípio da primazia da realidade fática, também são contemplados com a compensação, vez que, de fato, ainda que excepcionalmente, prestam serviços com riscos iguais aos demais já contemplados pela sua função que desempenham, face às atribuições do cargo.

Nesse sentido, salvo melhor Juízo, quanto ao mérito somos pela procedência integral da proposição.

Quanto ao impacto orçamentário-financeiro, além do que está inserto na própria justificativa da proposição, a mesma está devidamente instruída com a declaração de adequação e compatibilidade com o PPA e LDO, com a descrição dos impactos e responsabilização o ordenador das despesas, que é o atual Presidente do Tribunal, o qual declara não há incompatibilidade da proposição com a Lei de Responsabilidade Fiscal, vez que os valores ora propostos a serem acrescidos à despesa de pessoal não atingem o limite prudencial definido em lei.

Ainda quanto à preocupação de servidores daquele Poder em relação à percepção da vantagem quando em férias ou outros afastamentos, o mesmo cessa assegurado no próprio Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado:

Art. 181. As gratificações que tratam os incisos I, II, III, IV e V do artigo 172, serão mantidas nos casos de afastamento previsto nos itens I, II, III, VI e V, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVII e XVIII, do artigo 128, sendo que, nos casos de gratificação pela prestação de serviço extraordinário, ou em regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, o cálculo para a concessão será no valor correspondente a um doze avos do percebido nos últimos doze meses de efetivo exercício.

Parágrafo Único. As gratificações previstas pelos incisos II, III e IV do artigo 172, serão automaticamente canceladas nos afastamentos que perdurarem por mais de 90 (noventa) dias.

Art. 128. Será considerando de efetivo exercício o afastamento em virtude de:

- I - férias;
- II - casamento, até oito dias;
- III - luto por falecimento do cônjuge, filho, pai, mãe, até oito dias;
- IV - trânsito;
- V - convocação para o serviço militar;
- VI - juri e outros serviços obrigatórios por lei;
- VII - exercício de função do Governo ou Administração em qualquer parte do território estadual, por nomeação do Chefe do Poder Executivo;
- VIII - exercício de cargo ou função do Governo ou Administração, por designação do Presidente da República ou através de mandato eletivo, na Administração Federal, Estadual e Municipal, inclusive autarquias, sociedade de economia mista, empresas públicas e fundações instituídas pelo Poder Público;
- IX - missão ou estudo no exterior ou qualquer parte do território nacional quando o afastamento houver sido autorizado pelo Chefe do Poder Executivo.
- X - exercício de mandato legislativo da união, dos estados e dos municípios.
- XI - licença especial;
- XII - licença para tratamento de saúde;

XIII - licença a funcionário que sofrer acidente no trabalho e for atacado de doença profissional, na forma dos parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º deste artigo.

XIV - licença à funcionária gestante;

XV - falta até o máximo de três durante o mês, por motivo de doença comprovada na forma regulamentar;

XVI - licença para o trato de interesses particulares, desde que estas licenças não ultrapassem de noventa dias durante o quinquênio;

XVII - licença por motivo de doença em pessoa da família: cônjuge, filhos, pai, mãe ou irmãos, até 90 dias num quinquênio;

XVIII - licença compulsória;

XIX - faltas não justificadas não excedentes de 60 dias, durante um quinquênio.

Como cabe a este colegiado, como órgão técnico, examinar os projetos de lei quanto a estas formalidades, as quais restaram atendidas e justificadas, a proposição está adequada a seguir sua tramitação regular, e quanto ao seu mérito, somos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 19/11/08.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

ELTON WELTER - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 440/08, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de utilidade pública a Associação Renascer, com sede e foro no município de Guaraniaçu. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 126/08, de 27/10/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 440/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Nereu Moura, tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Renascer, com sede e foro no município de Guaraniaçu.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 18/11/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Discussão Única (Proposições)

ITEM 13

DISCUSSÃO ÚNICA- da Proposição nº 072/08, veto aposto ao Projeto de Lei nº 090/08, de autoria do Deputado Ademar Traiano, que determina o uso de urna em escolas públicas e particulares do estado do Paraná, para o recebimento de denúncias de violência praticada contra crianças e adolescentes. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. (VOTAÇÃO NOMINAL).

OF/CTL/CC nº 323/08.

Curitiba, em 17/09/08.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 184/08, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo 87, inciso VII, combinado com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI o Projeto de Lei nº 090/08, por considerá-lo contrário ao interesse público, pelos motivos antes expostos.

O autógrafo tem por objetivo obrigar as escolas públicas e particulares a instalar urna, em local visível de fácil acesso e seguro, com a finalidade de coletar denúncias de violência praticada contra crianças e adolescentes.

O não acolhimento ao projeto de lei em referência decorre do adiante transcrito pronunciamento contrário da Secretaria de Estado da Criança e da Juventude, por mim ratificado, o qual faço as razões do veto ora aposto:

“Vários são os fatores que contribuem para que a prática da violência contra crianças e adolescentes seja mantida, dentre os quais destacamos as relações de poder e de gênero predominante na sociedade, as características do agressor e da vítima, questões culturais, ausência de mecanismos de notificação e atendimento seguros e confiáveis, medo de denunciar, ineficiência dos órgãos de atendimento e certeza de impunidade.

Em seu artigo 1º, o projeto de lei obriga as escolas a instalar urna com a finalidade de coletar denúncias de violência praticada contra crianças e adolescentes. Tal obrigação desconsidera a peculiaridade e complexidade do tema, não levando em conta a realidade de cada escola, a heterogeneidade de cada região, a representação social do fenômeno da violência e as suas diversas formas de manifestação. Da mesma forma, não permite que cada escola construa os métodos de identificação, de enfrentamento e de intervenção de acordo com a leitura de sua realidade. Isso posto, faz-se necessário a realização de amplo debate público, envolvendo todos os segmentos da comunidade escolar e da sociedade em geral na formulação na execução e na avaliação de planos municipais e regionais de enfrentamento às violências praticadas contra crianças e adolescentes e não a imposição de um equipamento isolado.

A utilização das urnas como canal de denúncias é equivocada, pois desconfigura o papel da escola como agente ativo na identificação dos casos de violação de direitos e não contribui para com o diálogo necessário entre crianças, adolescentes e comunidade escolar. A priori, essa prática estabelecerá que o diálogo franco não é possível e reforçará a prática do silêncio, que devemos romper. Além disso, a urna não necessariamente garantirá o sigilo.

O artigo 3º delega ao Diretor da escola a responsabilidade de analisar a necessidade de averiguação das denúncias, encaminhando-as, posteriormente, aos órgãos competentes. Vale lembrar que, em seu artigo 70, o Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe que “É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescentes”. Centralizar essa tarefa somente no Diretor da escola trará sobrecarga e dificuldades para lidar com os encaminhamentos necessários, uma vez que o mesmo não é especialista.

Por outro lado, não se pode desconsiderar que violência praticada nas instituições educacionais, de modo geral, também aparece com muita frequência nas estatísticas. Segundo o Relatório do UNICEF:

(...) numa análise de uma ampla gama de países em desenvolvimento, a Pesquisa Global de Saúde Baseada na Escola verificou recentemente que de 20 a 65 por cento das crianças em idade escolar entrevistadas relataram terem sido verbal ou fisicamente intimidadas nos 30 dias anteriores nesses espaços. (ONU, 2006).

Portanto, preocupa-nos a possibilidade de omissão por parte do dirigente quando essas violações são praticadas no ambiente escolar.

Da mesma forma, quando nos referidos à carência de indicadores numéricos precisos sobre as violações de direitos praticadas, é necessário considerar que tal carência está relacionada às características próprias da violência praticada contra crianças e adolescentes; o silêncio das vítimas prevalece e as denúncias e notificações deixam de ser registradas.

Não se pode desconsiderar que a violência está presente na família, na escola e em espaços de socialização mais amplos. Por esse motivo a exposição da criança e do adolescente ao realizar a denúncia em meio a ambientes de circulação constante e na presença dos demais alunos e funcionários da escola pode vir a se tornar uma forma de revitimização, submetendo a criança e o adolescente à situação estigmatizante, vexatória e de risco, violando mais uma vez seus direitos.

Temos, então, que o desafio é:

1. Ampliar os serviços especializados e seguros de notificação de situações de risco e de violência contra crianças e adolescentes nos municípios - os disque-denúncia;
2. Estabelecer e/ou fortalecer as redes de enfrentamento à violência em todos os municípios do estado do Paraná a interlocução com a rede estadual, criando fluxos de atendimento sérios e seguros;

3. Mobilizar as forças sociais e governamentais para tornar efetiva a universalização do atendimento especializado de crianças e adolescentes vítimas de violência, assim como a responsabilização e o tratamento dos agressores, através da formulação e da implementação de ações que partam do próprio município, com metodologias em acordo com os contextos locais;

4. Incluir a temática da violência nos currículos escolares e nos projetos político-pedagógicos das escolas;

5. Preparar e capacitar todos os profissionais de educação para a identificação, a notificação e o enfrentamento dos casos de violência, imediatamente e de forma segura o Conselho Tutelar;

6. Centralizar as denúncias nos Conselhos Tutelares, no Ministério Público e nos canais especializados de denúncia, como o disque 181 Estadual e o disque 100 Nacional.

Por fim, para uma melhor compreensão sobre o fenômeno da violência praticada contra crianças e adolescentes, torna-se necessário identificar os instrumentos disponíveis para a análise quantitativa e qualitativa, mensuração e caracterização das principais causas e fatores das diversas formas de violência e que possibilitem a definição de ações para o seu enfrentamento. Desta forma, somos contrário à aprovação do Projeto.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo restituo a essa Assembléia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 090/08 encontra-se publicado no DA nº 019/08, de 17/03/08, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO Nº 072/08

P A R E C E R :

A proposição sob análise trata do veto do Governador do Estado do Paraná ao Projeto de Lei nº 090/08, de autoria do Deputado Ademar Traiano que determina o uso de urna em escolas públicas e particulares do estado do Paraná, para o recebimento de denúncias de violência praticada contra crianças e adolescentes.

O Chefe do Executivo vetou a proposição por considerá-la contrária ao interesse público.

Em detalhado documento, o Chefe do Executivo fundamenta seu ato em relevantes argumentos.

Em síntese, considera que a urna não seria instrumento efetivo de combate à violência contra aqueles que visa proteger o projeto.

Poderia ainda a urna expor aqueles que já são vítimas da violência.

E nosso entendimento seria sim mais um instrumento de proteção àqueles que se encontram em fase especial de desenvolvimento.

Por outro lado, não cabe a esta Comissão analisar o mérito da proposição em si, mas o mérito do veto que consiste no cumprimento dos prazos e demais procedimentos legais.

Verificando o que consta dos autos, constata-se que o veto foi apostado no prazo legal.

Por cumprir os requisitos legais e formais a proposição pode ir a Plenário, cabendo aos Deputados avaliar o mérito da fundamentação apresentada pelo Chefe do Executivo, bem como ao autor usar de todos os instrumentos legais e regimentais para sustentar seu projeto, se assim entender.

O parecer é pela tramitação regimental.

Sala das Comissões, em 14/10/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
TADEU VENERI - Relator

Em discussão. Em votação.

Votação nominal.

Para encaminhar, o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Consulto o Deputado Romanelli se é contra ou a favor?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Vou encaminhar pela manutenção do veto.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Favorável ao veto.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Exatamente, pela manutenção.

Sra. Presidente, e Srs. Deputados, o presente projeto de lei tem um enunciado que foi discutido por esta Casa, porque ele trata justamente que as escolas públicas pudessem ter uma urna em que se recebesse as denúncias de violência praticadas contra as crianças. Num momento em que a sociedade paranaense e brasileira, parecer que 2008, foi um ano em que nós todos, de certa forma, fomos surpreendidos por excessivas notícias em relação à violência contra crianças e, recentemente, no nosso estado isso tem acontecido.

O que ocorre? Temos que reconhecer, eu tenho um parecer técnico que foi encaminhado pela Chefia da Casa Civil.

(Lê):

“Tendo em vista a solicitação do Sr. Chefe da Casa Civil do Governo do Estado do Paraná, Rafael Iatauro, de emissão de parecer técnico objetivando orientações acerca do Projeto de Lei nº 090/08, a Coordenação de Ações Protetivas da Secretaria do Estado do Criança e Juventude apresenta as seguintes considerações:

- Vários são os fatores que contribuem para que a prática da violência contra crianças e adolescentes seja mantida, dentre os quais destacamos as relações de poder e de gênero predominantes na sociedade, as características do agressor e da vítima, questões culturais, ausência de mecanismos de notificação e atendimento seguros e confiáveis, medo de denunciar, ineficiência dos órgãos de atendimento e certeza de impunidade.

- Em seu artigo 1º, o projeto de lei obriga as escolas a instalar urna com a finalidade de coletar denúncias de violências praticadas contra crianças e adolescentes. Tal obrigação desconsidera a peculiaridade e complexidade do tema, não levando em conta a realidade de cada escola, a heterogeneidade de cada região, a representação social do fenômeno da violência e as suas diversas formas de manifestação. Da mesma forma, não permite que cada escola construa os métodos de identificação, de enfrentamento e de intervenção de acordo com a leitura de sua realidade. Isso posto, faz-se necessário a realização de amplo debate público, envolvendo todos os segmentos da comunidade escolar e da sociedade em geral na formulação, na execução e na avaliação de planos municipais e regionais de enfrentamento às violências praticadas contra crianças e adolescentes e não a imposição de um equipamento isolado.

- A utilização das urnas como canal de denúncias é equivocada, pois desconfigura o papel da escola como agente ativo na identificação dos casos de violação de direitos e não contribui para com o diálogo necessário entre crianças, adolescentes e comunidade escolar. *A priori*, essa prática estabelecerá que o diálogo franco não é possível e reforçará a prática do silêncio, que devemos romper. Além disso, a urna não necessariamente garantirá o sigilo.

- O artigo 3º delega ao Diretor da escola a responsabilidade de analisar a necessidade de averiguação das denúncias, encaminhando-as, posteriormente, aos órgãos competentes. Vale lembrar que, em seu artigo 70 o Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe que: É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente. Centralizar essa tarefa somente no Diretor da escola trará sobrecarga e dificuldades para lidar com os encaminhamentos necessários, uma vez que o mesmo não é especialista. Por outro lado, não se pode desconsiderar que violência praticada nas instituições educacionais, de modo geral, também aparece com muita frequência nas estatísticas. Segundo o relatório da UNICEF.

(...) numa análise de uma ampla gama de países em desenvolvimento, a Pesquisa Global de Saúde baseada na escola verificou recentemente que de 20 a 65 por cento das crianças em idade escolar entrevistadas relataram terem sido verbal ou fisicamente intimidadas nos 30 dias anteriores nesses espaços. (ONU, 2006)

Portanto, preocupa-nos a possibilidade de omissão por parte do dirigente quando essas violações são praticadas no ambiente escolar.

- Da mesma forma, quando nos referimos à carência de indicadores numéricos precisos sobre as violações de direitos praticadas, é necessário considerar que tal carência está relacionada às características próprias da violência praticada contra crianças e adolescentes; o silêncio das vítimas prevalece e as denúncias e notificações deixam de ser registradas.

Não se pode desconsiderar que a violência está presente na família, na escola e em espaços de socialização mais amplos. Por esse motivo a exposição da criança e do adolescente, ao realizar a denúncia em meio a ambientes de circulação constante e na presença dos demais alunos e funcionários da escola, pode vir a se tornar uma forma de revitimização, submetendo a criança e o adolescente à situação estigmatizante, vexatória e de risco, violando mais uma vez seus direitos.

Temos, então, que o desafio é:

1. ampliar os serviços especializados e seguros de notificação de situações de risco e de violência contra crianças e adolescentes nos municípios - os Disque-Denúncias;

2. estabelecer e/ou fortalecer as redes de enfrentamento à violência em todos os municípios do estado do Paraná a interlocução com a rede estadual, criando fluxos de atendimento sérios e seguros;

3. mobilizar as forças sociais e governamentais para tornar efetiva a universalização do atendimento especializado de crianças e adolescentes vítimas de violência, assim como a responsabilização e o tratamento dos agressores, através da formulação e da implementação de ações que partam do próprio município, com metodologias em acordo com os contextos locais;

4. incluir a temática da violência nos currículos escolares e nos projetos político-pedagógicos das escolas;

5. preparar e capacitar todos os profissionais de Educação para a identificação, a notificação e o enfrentamento dos casos de violência, imediatamente e de forma segura o Conselho Tutelar;

6. centralizar as denúncias nos Conselhos Tutelares, no Ministério Público e nos canais especializados de denúncia, como o Disque 181 Estadual e o Disque 100 Nacional.

Por fim, para uma melhor compreensão sobre o fenômeno da violência praticada contra crianças e adolescentes, torna-se necessário identificar os instrumentos disponíveis para a análise quantitativa e qualitativa, mensuração e caracterização das principais causas e fatores das diversas formas de violência e que possibilitem a definição de ações para o seu enfrentamento. Desta forma, somos contrários à aprovação do projeto.”

Por isso, agradeço a tolerância de V. Exa. e também do nobre autor do projeto de lei, Deputado Ademar Traiano, mas encaminho pela manutenção do veto, com os fundamentos deste parecer técnico elaborado por quem entende profundamente do assunto. E certamente aqui há uma série de indicadores do que nós devemos trabalhar, até num projeto de lei, para podermos tratar deste tema, que na minha avaliação é extremamente importante.

Encaminhamos, portanto, pela manutenção do veto aposto pelo Sr. Governador do Estado.

Muito obrigado pela tolerância.

A SRA. PRESIDNETE (**Cida Borghetti**)

Para encaminhar, contrariamente, concedemos a palavra ao Deputado Ademar Traiano.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Sra. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Gostaria de um minuto de atenção dos Srs. Parlamentares, até porque acho que o assunto em pauta é de extrema valia para todos nós. Ouvi o arrazoado apresentado pelo Deputado Romanelli. Líder do Governo nesta Casa, trazido neste momento para a sustentabilidade do veto pelo Sr. Governador Roberto Requião.

Deputado Elio Rusch, o que percebo é que as sociedades governamentais e a sociedade como um todo só tomam providências contra casos que acontecem, neste país e no nosso estado, contra as crianças, quando na verdade se tornam públicos através de notícias nos jornais, na televisão, e aí cria-se toda uma celeuma do que fazer e do que não fazer para proteger a criança no nosso estado e no nosso país, mas ações concretas dos Governos Estaduais e Federal, na minha concepção, são muito poucas no sentido da prevenção do problema, e por isso quero abordar o tema.

Há alguns dias atrás a Deputada Rosane trouxe a esta Casa, na Comissão de Constituição e Justiça, a Secretária de Estado para Assuntos da Criança e da Juventude, e eu fiz um questionamento à Secretária: quais eram as razões para o Governador vetar o nosso projeto? Qual era a sustentação fundamental? E dizia a Secretária, naquela reunião, que as nossas crianças fantasiam muito na sua cabeça, elas são fantasiosas e essa era a fundamentação maior e a alegação maior para vetar o nosso projeto, porque muitas vezes denúncias trazidas na escola poderiam ser coisa da fantasia da criança e que o Governo tem instrumentos para que as crianças possam denunciar essa possibilidade de afronta, quer seja de ordem sexual, de maus tratos, e que um desses instrumentos era o 181, e outras ações que apresentava naquela oportunidade. E eu questionei a Secretária: ora, qual a criança neste estado que sabe que existe o 181 para denunciar maus tratos? Tenho certeza que nem os Srs. Deputados sabiam disso!

Aí coloco a questão: é melhor prevenirmos, ou é melhor vivermos o drama quando enxergamos ou visualizamos na televisão mortes de crianças por maus tratos, abuso sexual, crianças estupradas, enfim, aí a sociedade fica estarrecida. Por que não prevenirmos com ações concretas? E uso o instrumento da urna na escola, porque estatisticamente temos informações e dados trazidos - tenho no bojo do projeto - que na verdade os maiores casos de abuso sexual e de maus tratos às crianças acontecem na própria família. E o que é a escola? É a extensão da família, é ali que a criança tem a oportunidade de exteriorizar o seu sentimento, muitas vezes protegido pela própria escola.

Aí quero colocar a fundamentação do nosso pleito no sentido da derrubada do veto, porque quero crer que teremos um instrumento legal para proteger a criança paranaense, no sentido da sua prevenção. Não vai criar nenhum transtorno às direções de escolas, até porque procurei fundamentar muito bem juridicamente, no sentido de procurarmos mostrar à sociedade que não estaríamos criando nada novo, não estaríamos ferindo a Lei de Diretrizes Básicas do Ensino, não estaríamos ferindo a Constituição, porque a Constituição Estadual nos dá amplo poder para podermos normatizar ações aqui no estado no sentido da proteção à criança.

É por isso que quero fazer um apelo aos Srs. Parlamentares. Não adianta chorarmos depois dos fatos acontecidos. O Paraná vivenciou e testemunhou barbaridades que aconteceram com as crianças paranaense, muito bem recentemente. Quatro casos a cada 15 dias, de maus tratos, de estupro de crianças aqui neste estado. Isso é estatística! Portanto, se queremos conviver com isso, beleza! Caso contrário, vamos encontrar uma solução que possa, não resolver o problema, mas com certeza minimizar e dar um instrumento legal para que as nossas crianças que são seviciadas, que sofrem maus tratos, possam lá na sua escola fazer a denúncia, porque lá nós temos psicólogas, estaremos com certeza tendo um aparelhamento possível para fazermos esta priorização da denúncia. É lógico que não vamos levar todas elas ao seu final, mas que possamos fazer essa análise criteriosa e encaminhar aos órgãos competentes.

Por isso, peço o apoio dos Srs. Deputados, no sentido de derrubarmos o veto do Governador.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Para encaminhar a favor do projeto e contra o veto, Deputada Rosane Ferreira.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV) (**Para Encaminhar**)

Na verdade o meu encaminhamento vai como uma forma de enriquecer e de me somar ao pronunciamento do Deputado Ademar Traiano. Realmente como ele relatou, fizemos uma reunião da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente na

semana passada, e debatíamos na Comissão os casos de violência contra a criança no estado do Paraná. Do dia 5 ao dia 16 de novembro, em apenas 11 dias recebemos denúncias, foram registrados casos de violência contra 16 crianças no estado do Paraná. Em Curitiba são cerca de 500 registros de violência contra crianças por ano. É uma criança violentada, no sentido mais amplo da palavra, não estamos falando só de violência sexual, mais violentada a cada 16 horas. Se estendermos isso para o Paraná, é uma criança sendo vítima de violência a cada seis horas no estado do Paraná. E sabemos que existe um sub-registro, sabemos que para cada criança que tem o registro de violência ocorrido, devidamente feito, temos 20 crianças que ninguém sabe que são violentadas, ou violadas, ou vítimas de violências.

Então, sou favorável ao projeto do Deputado Traiano. Acho que podemos pecar por excesso, mas o Deputado Traiano colocou na reunião da Comissão esse assunto, a Secretária Telma estava presente, e o argumento que ela usou no momento, com todo respeito, porque é uma excelente Secretária, uma pessoa comprometida, uma pessoa que tem o dom, talvez seja uma das mais felizes escolhas do Governador Requião de colocá-la frente à Secretaria da Criança e da Juventude, mas o argumento que ela usou para que as urnas não fossem instaladas nas escolas seria que a criança fantasia, que a criança poderia colocar fantasiosamente uma denúncia. Mas entendo, Deputado Belinati, que podemos pecar por excesso, mas nunca por falta. Teríamos que avaliar todas as denúncias feitas para que realmente pudéssemos reverter esse quadro sombrio que assola o Paraná, com relação a violência infantil.

Queria compartilhar com os senhores uma situação muito particular minha. Quando enfermeira numa unidade de saúde, trabalhando há alguns anos atrás, tínhamos ao lado da unidade uma escola, e fazíamos o levantamento do calendário vacinal, vacinávamos as crianças, e um dia nesta escola tinha uma exposição dos desenhos feito por crianças de 1ª a 4ª séries, desenhos, figuras, e me chamou a atenção um desenho todo na cor preta com muito vermelho.

Chamou minha atenção porque era um desenho muito sombrio. Perguntei para a professora de quem era o desenho e ela me apontou a criança responsável. Pedi para que a professora tivesse mais atenção com aquela criança e ela me disse que todos os desenhos dela era daquela forma. Foi feita uma investigação e foi detectado um caso flagrante de violência sexual que aquela criança era vítima.

A criança tem que ter oportunidade de se manifestar, sim, através de um desenho, de uma denúncia, através de uma carta. Mesmo no Poder Judiciário fui favorável, porque temos que investigar. Como já disse: pecar por excesso e nunca por falta.

Tenho a impressão que, se esse projeto estivesse tramitando nesse momento, onde está tão flagrante a situação de violência, acredito que o nosso Governador não teria vetado, ele seria a favor desse projeto.

Além disso, temos que brigar pelo investimento maciço nas nossas escolas. Além de termos professores devidamente qualificados, temos que ter uma equipe técnica que dê respaldo a esses professores.

Deveríamos ter, em todas as escolas, psicólogos, fonoaudiólogos e demais profissionais que possam salvar o futuro das nossas crianças, o futuro do Paraná e do Brasil.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Encerrado o encaminhamento à proposição.

Está iniciada a votação. Encerrada a votação.

Presentes 36 Srs. Deputados. Votaram 20 com a expressão NÃO e 15 com a expressão SIM.

Está aprovado e rejeitado o projeto.

Requerimentos

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Sobre a mesa, Requerimento nº 3443, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Vou encaminhar favoravelmente, embora tenha que reconhecer que o Deputado Jocelito Canto poderia pedir diretamente no Tribunal de Contas, porque se trata de informações relativas ao município de Ponta Grossa, especificamente a prestação de contas do município.

Encaminhamos favoravelmente porque o Deputado Jocelito Canto quer ter as informações, como ele é muito empenhado nas coisas que faz.

Quero manifestar meu profundo respeito pela atividade Parlamentar que ele tem aqui nesta Casa.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Para encaminhar, Sra. Presidente.

(**Assentimento**)

Só quero agradecer esses momentos de lucidez do Deputado Romanelli. Fico muito feliz. É uma semana premiada. Obrigado, Deputado Romanelli! Ah, vai ter bomba, aí? Ele aprova um e vai querer detonar os outros mas obrigado, Deputado Romanelli.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Está em votação o requerimento do Deputado Jocelito Canto. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

Requerimento nº 3525, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Pedi para discutir, mas junto com o pedido de discussão, para poder obstar a votação do requerimento na data de hoje, mas veja bem, estamos tratando de um tema que, novamente, é o seguinte: o Deputado Jocelito, claro, no exercício pleno de suas atividades do seu mandato parlamentar, faz um requerimento em relação às empresas supermercadistas autuadas por sonegação fiscal, nos últimos quatro anos, no estado do Paraná, quais as multas e os valores aplicados, quais as empresas que já saldaram sua multas, quais apresentaram recurso e se alguma delas se manifestou.

Onde é que eu quero chegar? Sra. Presidente, eu entendo o seguinte, o Deputado Jocelito sabe disso: essa empresas, qualquer contribuinte do estado do Paraná está coberto pelo sigilo fiscal. Esses dados não são dados públicos, tem que ser respeitado o sigilo fiscal dessas empresas e contribuintes que, eventualmente, estejam nessa condição que o Deputado formula no requerimento. Pode-se até identificar quantas empresas foram, qual o valor total, mas não podemos detalhar isso numa resposta de pedido de informação, por conta que haverá uma violação de um princípio constitucional garantidor em relação à atividade empresarial, aqui no caso do contribuinte, que tem um direito.

Qualquer um de nós tem o direito, como ele tem, Deputado Jocelito, como eu tenho, como V. Exa. tem, o direito à privacidade em relação a essas informações. Elas são públicas no sentido de quando, por exemplo, depois de exaurida uma ação fiscal, é proposta uma ação ordinária de cobrança. É possível. Então, o que ocorre? Neste momento, entendo que esse requerimento, de fato, não tem como prosperar.

Peço para discutir, mas gostaria que a mesa analisasse sobre a questão da constitucionalidade do requerimento formulado pelo Deputado Jocelito. Que a assessoria da Mesa pudesse antes informar sobre esses dados. Deputado Jocelito, com o maior respeito que tenho por V. Exa., mas com esses fundamentos.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Para encaminhar, Sra. Presidente.

(Assentimento)

Olha, Deputado Romanelli, acho que são apenas algumas informações. São tantos os comentários que se ouve neste Paraná, e acho que cabe buscarmos as informações. No momento que a Assembléia aprovar não está publicando oficialmente isso na TV Assembléia, está repassando a um Parlamentar que tem sua função principal, que é fiscalizar. Discordo de V. Exa. Acho que o Deputado pode fiscalizar, sim. Acho que não há nada que impeça um requerimento. Então, se tiver alguma

coisa irregular, não vamos poder saber? Acho que aí sim, no momento que o Deputado tiver essas informações e divulgar, ele pode entrar nesse crime de responsabilidade, inclusive de decoro parlamentar que é função do Deputado.

Por isso, mantenho meu requerimento. Vamos discuti-lo amanhã.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Adia-se na forma regimental, conforme artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 3524, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Quero encaminhar favoravelmente ao requerimento. Entendo até, Deputado Jocelito Canto, que esse seu requerimento poderia ser até mais abrangente, de ver quem, de fato, foram os beneficiados pela privatização do BANESTADO. o seu regimento vai até um ponto, identifica o quanto estamos pagando por mês por conta da privatização, mas deveríamos aprofundar, os que ganharam e continuam ganhando dinheiro com o BANESTADO. Olha, V. Exa. poderia preparar mais alguns requerimentos desses para podermos discutir esse tema aqui, porque até hoje estou engasgado com essa privatização do Banco do Estado do Paraná.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Para Encaminhar**)

Não tenha dúvida que quando o Deputado Romanelli me provoca, amanhã mesmo estarei provocando a segunda parte desse requerimento.

Acho que o Paraná tem que identificar quem roubou o BANESTADO, acho isso muito correto. Faz-se, às vezes, ações cíveis públicas contra Prefeitos, contra autoridades, temos aí o nosso eminente Deputado Belinati sofrendo e outros companheiros, e, de repente, se assalta o BANESTADO durante o dia! Não é como nos filmes que os caras entravam por baixo, aqueles filmes de Hollywood. O BANESTADO foi assaltado à luz do dia, roubado! A maioria sabe quem são os bandidos e esses bandidos ainda estão aí posando de mocinhos e fazendo discurso ainda. Então, está na hora de termos um documento. Estou requerendo a este Plenário, para que possamos ter essas informações, porque agora, neste momento, o Banco do Brasil está comprando a Nossa Caixa, em São Paulo. Quero conflitar, quero fazer o relacionamento da compra de lá com a compra do BANESTADO, para ver o que ocorre em relação àquela empresa e ao BANESTADO que ocorreu no passado, porque hoje a Nossa Caixa sai ganhando dinheiro e, no passado, o BANESTADO, quer era um grande banco, ficou devendo. Quero ver qual é a diferença do

BANESTADO para a Nossa Caixa. Lá sobra dinheiro e aqui pagamos, temos títulos, acho que até hoje estamos pagando. E pagamos uma conta de 65 bilhões, mais juros, todo mês. Não é anual, é mensal! É dinheiro que daria para construir quatro hospitais regionais em Ponta Grossa todo mês!

Então, temos que levantar isso e exigir que haja a punição aos que enriqueceram. Está cheio de ladrão do dinheiro do BANESTADO que não deu nada, fazendo discurso, tem gente fazendo discurso! E o Paraná paga quieto, ninguém fala. Tem gente fazendo discurso, fazendo palestras ainda pelo roubo do BANESTADO e não dá nada.

Então, acho que está na hora de esclarecer quem roubou o BANESTADO. Seja quem for, quem roubou tem que pagar.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Está em votação o requerimento do Deputado Jocelito Canto. **Aprovado.**

Requerimentos n°s 3571 e 3572, de autoria do Deputado Péricles de Mello, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3516 e 3517, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3518 e 3521, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3528, de autoria do Deputado Fábio Camargo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3515, de autoria do Deputado Ribas Carli Filho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3523, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa, para informar.**

Requerimentos n°s 3536 a 3567 e 3573, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 26, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n° 333, 385 e 446/08 e do Projeto de Resolução n° 016/08.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 126, 409 e 461/08.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 180, 311, 312, 322, 419, 430 e 440/08.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 428/08 e do Projeto de Lei Complementar n° 371/08.

Levanta-se a Sessão.

